



Embrapa Hortaliças

EDITAL
Nº 13/2022-CNPH/SPS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – Embrapa Pregão Eletrônico - Embrapa nº 009/2022				
OBJETO: Contratação de seguro para a frota de veículos da Embrapa Hortaliças, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão (avaria), incêndio, danos causados pela natureza, e assistência 24 horas (reboque tipo prancha, assistência mecânica, chaveiro e vidraceiro).			MODO DE DISPUTA:	
Critério de Julgamento: <input checked="" type="checkbox"/> Menor Preço <input type="checkbox"/> Maior Percentual de Desconto			<input type="checkbox"/> ABERTO <input checked="" type="checkbox"/> ABERTO E FECHADO	
Data de Abertura: 05/10/2022 às 09:00, sítio www.comprasgovernamentais.gov.br				
ATENÇÃO - A prática das condutas previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 (deixar de entregar ou desistir da proposta, ensejar o retardamento da licitação, não apresentar a documentação exigida, entre outras), poderá acarretar na aplicação da penalidade de IMPEDIMENTO DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO e descredenciado no SICAF. - Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e alertamos para o acompanhamento do andamento do certame e quanto à necessidade de cautela quando da apresentação das propostas, cuidando para que não ocorra desconexão, nem deixem de atender as solicitações do pregoeiro, a fim de evitar a prática de condutas que poderá acarretar na aplicação das sanções. - Atentar para toda a Documentação de Habilitação exigida, em especial, aos itens 4.11.11, 4.11.12, 4.11.13 e 4.11.14				
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Embrapa para o exercício de 2022, na classificação abaixo: Gestão/Unidade: 135040 Fonte: 0100000000 Programa de Trabalho: 169092 Elemento de Despesa: 339039				
Vistoria	Instrumento de Contratação	Forma de Adjudicação	DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	
Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Obs.: A vistoria não é obrigatória, mas pode ser realizada conforme dispõe o item 11.10 do Anexo II	Ordem de Compras e Serviço <input type="checkbox"/> Minuta Contratual <input checked="" type="checkbox"/>	Por Item <input type="checkbox"/> Por Lotes <input type="checkbox"/> Preço Global <input checked="" type="checkbox"/>	Requisitos Básicos: Item 4 do Edital	Requisitos Específicos: - Atestado de Capacidade Técnica - Autorização de Funcionamento da Entidade Junto à SUSEP - Certidão de Regularidade junto à SUSEP - Certidão de Administradores junto à SUSEP - Demais (Veja Termo de Referência)*
Lic. Exclusiva ME/EPP?	Reserv. Cota ME/EPP?	Exige Amostra/Dem.?	Dec. nº 7.174/2010?	Prazo para envio da proposta/documentação
Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>	Até 2 horas após a convocação realizada pelo Pregoeiro
Pedidos de Esclarecimentos		Impugnações		
Até 3 (três) dias, úteis, anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, para o endereço cnph.sps@embrapa.br		Até 3 (três) dias, úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública para o endereço cnph.sps@embrapa.br		
Observações Gerais:				

Toma-se público, para conhecimento dos interessados, que Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, por meio de sua Unidade: **EMBRAPA HORTALIÇAS**, sediada sediada BR-060/DF, km 9 da Rodovia Brasília-Anápolis, DF-180, Fazenda Tamanduá, Ponte Alta-Gama, Brasília-DF, CEP: 70.351-970, **realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **menor preço global**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLT/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O presente pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, disponível no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 1.2. Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor do sistema eletrônico antes da data de realização do pregão, na forma da Instrução Normativa nº 3 de 26 de junho de 2018, do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
- 1.3. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 1.4. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 1.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 1.6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 1.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tomem desatualizados.
- 1.8. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2. DO OBJETO

- 2.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de seguro para a frota de veículos da Embrapa Hortaliças, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão (avaria), incêndio, danos causados pela natureza, e assistência 24 horas (reboque tipo prancha, assistência mecânica, chaveiro e vidraceiro), de acordo com as especificações técnicas, condições, quantidades e padrões de desempenho e qualidade estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I).
- 2.2. Os itens, se for o caso, destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, estarão identificados no Termo de Referência.
- 2.3. Em caso de discrepância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 3.2. Não poderão participar as pessoas, físicas ou jurídicas, que tenham sofrido:
- a) penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, prevista no inciso III do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, desde que aplicada pela Embrapa;
 - b) penalidade de impedimento de licitar e contratar, prevista no artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 ou no artigo 47 da Lei n. 12.462/2011, aplicada por qualquer órgão ou entidade da União;
 - c) penalidade de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993 ou a prevista no artigo 46 da Lei n. 8.443/1992, aplicada pelo Tribunal de Contas da União;
 - d) penalidade de proibição de contratar com o Poder Público prevista nos incisos do artigo 12, III da Lei n. 8.429/1992;
- 3.3. Para os fins desta licitação, os impedimentos referidos neste Edital serão verificados perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos mantidos pelo Executivo Federal, e outros sistemas cadastrais pertinentes, que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta, conforme o caso.
- 3.4. Também estarão impedidas de participar da Licitação empresas que, na data do certame, estejam cumprindo sanção de proibição de participar de licitações e celebrar contratos administrativos nos termos do artigo 38 da Lei nº 12.529/2011, do artigo 10 da Lei 9.605/98, e inciso IV do artigo 33 da Lei nº 12.527/11.
- 3.5. Também não poderão participar Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum participando da presente licitação;
- 3.6. Não poderão participar, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 3.7. Serão impedidas de participar, também, as pessoas, físicas ou jurídicas, referidas nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.
- 3.8. A participação de cooperativas na presente licitação:
- a) Será admitida (☐).
 - b) Não será admitida (☒) , conforme justificativa constante do Termo de Referência da presente licitação.
- 3.9. A participação de empresas reunidas em consórcio:
- a) Será admitida (☐).
 - b) Não será admitida (☒) , conforme justificativa constante do Termo de Referência da presente licitação.
- 3.10. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 3.11. Este pregão é de âmbito nacional.
- 3.12. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 3.12.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
 - a) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;
 - b) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
 - 3.12.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
 - 3.12.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
 - 3.12.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 3.12.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 3.12.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 3.12.7. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
 - 3.12.8. que cumpre os requisitos do Decreto n. 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência, se for o caso.

4. DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado, o preço e os documentos de habilitação, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 4.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 4.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 4.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.6. Os licitantes declararão, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.
- 4.6.1. A falsidade desta declaração sujeitará o licitante às sanções previstas Decreto nº 10.024/2019, em especial, a penalidade prevista no inciso IX, de seu artigo 49.
- 4.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 4.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta, na forma do Capítulo IX do Decreto nº 10.024/2019.
- 4.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 4.10. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 38 do Decreto nº 10.024/2019.
- 4.11. Serão exigidos os seguintes documentos para a habilitação jurídica:
- 4.11.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

- 4.11.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;
- 4.11.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 4.11.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 4.11.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 4.11.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 4.11.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.
- 4.11.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 4.11.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 4.11.10. No caso de exercício de atividade regulamentada, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, conforme legislação pertinente, conforme exigências descritas no Termo de Referência.
- 4.11.11. **Declaração de inexistência de fatos impeditivos previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016, conforme modelo constante de anexo do presente Edital;**
- 4.11.12. Autorização de Funcionamento da Entidade Junto à SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), para operar com seguros;
- 4.11.13. Certidão de Regularidade junto à SUSEP, sem ocorrências de pendências;
- 4.11.14. Certidão de Administradores junto à SUSEP.
- 4.12. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectivas, quando houver;
- 4.13. Serão exigidos os seguintes documentos para verificação da capacidade técnica:
- a) no mínimo, 01 (um) atestado, em nome da interessada, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, referente à execução satisfatória, compatível com o objeto licitado;
 - b) além do atestado, outros requisitos poderão estar definidos no Termo de Referência, com vistas ao estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.
- 4.14. É permitido o somatório de quantitativos havidos em mais de um atestado.
- 4.15. É permitida a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos em nome de outra empresa da qual a licitante seja subsidiária integral e/ou de subsidiária integral pertencente a licitante, desde que pertencente à mesma atividade econômica;
- 4.16. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou, tratando-se de prestação de serviços contínuos, se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.
- 4.17. Os atestados deverão conter nome, endereço, telefone de contato do atestador ou qualquer outro meio que permita à Embrapa manter contato com a sociedade atestante.
- 4.18. Para demonstração da Qualificação Econômica Financeira, será exigida a seguinte documentação:
- 4.18.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
 - 4.18.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
 - 4.18.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);
 - 4.18.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
 - 4.18.2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
 - 4.18.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
 - 4.18.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo}}{\text{Total}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

4.18.4. As empresas que apresentarem Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou menor que 1 (um) quando da habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. (definição conforme artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018)

4.18.5. Caso a licitante que apresente resultado igual ou menor que 1(um) não atenda as condições do item anterior, a qualificação econômica-financeira poderá ser demonstrada, mediante a apresentação de garantia no percentual de 5% (cinco por cento), podendo o licitante optar por uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro, seguro-garantia e fiança bancária.

4.19. Microempresas e empresas de pequeno porte deverão atender a todas as exigências de habilitação previstas neste edital.

4.20. Para as microempresas e empresas de pequeno porte (nos termos da Lei Complementar nº 123/2006) que tenham alguma restrição, em relação à documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, nos termos do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 4º e seus parágrafos, do Decreto nº 8.538/2015;

4.21. Para aplicação do disposto no item 4.20, o prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação;

4.22. A prorrogação do prazo constante do item 4.20 poderá ser concedida, a critério da Embrapa, após requerimento justificado da licitante.

4.23. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4.24. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o licitante inabilitado, devendo instruir o processo, se for o caso, com vistas a possíveis penalidades.

4.25. Para verificação da regularidade fiscal, serão exigidos, exclusivamente:

- a) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos

tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário e total;
- b) Fabricante, se for o caso;

c) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

5.2. As propostas deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro, uniformes, alimentação, transporte, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

5.3. O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, contados da data prevista para abertura da sessão, podendo vir a ser prorrogado mediante solicitação da **Embrapa** e aceitação do licitante.

5.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema COMPRASNET, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

6. DO PROCESSAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.8. O lance deverá ser ofertado considerando o critério de julgamento definido no presente edital.

6.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.10. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.11. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com as regras deste edital deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

6.12. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Envio de Lances no modo de disputa "aberto"

6.18. Caso a licitação ocorra pelo modo de disputa aberto, os procedimentos da etapa de lances serão os seguintes:

6.19. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser..... (...).

6.20. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.21. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.22. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.23. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço, na forma do §3º do artigo 32 de Decreto 10.024/2019.

Envio de Lances no modo de disputa "aberto e fechado"

6.24. Caso seja adotado o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, considerando os seguintes procedimentos:

6.25. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.26. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.27. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.28. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.29. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.30. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

Direito de Preferência para microempresas e empresas de pequeno porte

6.31. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro deverá verificar a ocorrência de empate ficto em favor de microempresa ou empresa de pequeno porte, assegurando, se for o caso, o direito de preferência, observando-se o seguinte:

a) o empate ficto ocorrerá quando as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço;

b) ocorrendo o empate, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada, poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências de

habilitação, deve ser adjudicado o objeto em seu favor.

c) se a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada não exercer o direito de preferência, deverão ser convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, deve ser realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro pode apresentar melhor oferta.

6.32. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, deixe de apresentar, no prazo citado, nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame ou apresente proposta de preço inaceitável ou deixe de atender às exigências de habilitação, o pregoeiro convocará, dentre as empresas remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.31, na ordem classificatória, a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada para o exercício do mesmo direito de preferência.

6.33. O procedimento previsto no subitem 6.32. será adotado, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital ou até que não haja microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadre na hipótese do subitem 6.32.

6.34. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens 6.32. e 6.33., o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que sua proposta seja aceitável e ele apresente os documentos de habilitação, tudo de acordo com o presente Edital.

6.35. O disposto no subitem 6.34. somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.36. Encerrada a etapa de lances, se a proposta atender aos critérios de aceitabilidade de preços, o licitante detentor da melhor oferta, após solicitação do pregoeiro, encaminhará em até 2 (duas) horas, por meio da funcionalidade "enviar anexo" presente no sistema Comprasnet ou, em caso de problemas de comunicação na rede e de forma motivada pelo licitante, no e-mail cnph.sps@embrapa.br, c/c eveline.oliveira@embrapa.br, a PROPOSTA FORMAL e, se necessário, os documentos complementares, decomposta em Planilha de Preços, conforme modelo anexo ao presente Edital, com os preços adequados ao seu último valor ofertado.

6.36.1. Em caráter de diligência, os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema Comprasnet poderão ser solicitados, devendo o novo envio ocorrer em original, por cópia autenticada digitalmente, conforme os parâmetros estabelecidos pelo artigo 8º do Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020, a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo e no endereço indicados pelo Pregoeiro.

6.36.2. É de responsabilidade do licitante confirmar, junto à Embrapa, o recebimento dos documentos de habilitação e proposta final, não cabendo à Embrapa a responsabilidade pelo desconhecimento de tais informações.

Direito de Preferência - art. 3º da Lei nº 8.248/1991

6.37. Para a aquisição de bens comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

6.38. Nas contratações de bens e serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248, de 1991, as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

6.39. Quando aplicada a margem de preferência a que se refere o Decreto nº 7.546, de 2 de agosto de 2011, não se aplicará o desempate previsto no Decreto nº 7.174, de 2010.

6.40. Para produtos abrangidos por margem de preferência, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto manufaturado nacional, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos manufaturados nacionais que estão enquadradas dentro da referida margem, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.41. Nesta situação, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

Critério de Desempate

6.42. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos [art. 44](#) e [art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), seguido da aplicação do critério estabelecido no Art. 55, da Lei 13.303/2016, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

6.43. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item 6.43, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

6.44. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7. DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

7.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.1.2. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.

7.2. O valor global da proposta, após a negociação, não poderá superar o orçamento estimado pela **Embrapa**, sob pena de desclassificação do licitante.

7.3. Se depois de adotada a providência referida no item 7.1.2 não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação.

DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.4. O pregoeiro poderá desclassificar as propostas que apresentem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

7.5. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracterizará motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

7.6. A análise de exequibilidade da proposta não deverá considerar materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

7.7. O pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade ou qualquer outro aspecto da proposta.

7.8. O pregoeiro poderá exigir do licitante a demonstração da exequibilidade da sua proposta, podendo para tanto e conforme o caso adotar os procedimentos mais adequados para tanto, tais como:

- a) Requerer a apresentação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
- b) Solicitar informações junto às Secretarias de Trabalho e de Previdência, do Ministério da Economia;
- c) Realizar consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- d) Realizar pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- e) Realizar verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;
- f) Realizar pesquisa de preço com agentes econômicos dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- g) Realizar a verificação de notas fiscais dos produtos cotados na proposta e anteriormente adquiridos pelo proponente;
- h) Realizar o levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- i) Realizar ou consultar estudos setoriais;
- j) Realizar consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- k) Realizar a análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para a prestação dos serviços.

7.9. Qualquer licitante poderá requerer, motivadamente, que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.10. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

7.11. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.12. Se a proposta do licitante vencedor da etapa competitiva de lances não for aceitável, o pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, verificando o seu

atendimento até a apuração de uma proposta que atenda os termos do Edital e desta verificando as condições de habilitação. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

7.13. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

7.14. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser atendida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro do prazo estabelecido no Termo de Referência.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade definidos no Termos de Referência.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.20. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

7.21. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo e no local definido no Termo de Referência, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

7.22. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

7.23. Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, com posterior encaminhamento por via postal, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional, nos termos dos respectivos Decretos regulamentares.

7.24. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.25. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.26. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.27. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

7.28. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.29. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.30. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.31. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.32. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>).

8.1.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SicaF serão enviados nos termos do disposto no art. 26, do Decreto 10.024/2019.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.5.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

8.5.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

8.5.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

8.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, nos termos do § 2º do artigo 38 do Decreto 10.024/2019.

8.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.10. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9. RECURSOS

9.1. Declarado o vencedor do pregão durante a sessão pública, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando deverá ser concedido a ele o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso a contar da disponibilização da decisão, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que devem começar a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

9.2. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no art. 44 do Decreto 10.024/2019, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado

vencedor.

9.3. Apresentadas as razões e contrarrazões, o pregoeiro disporá de 5 (cinco) dias úteis, para decisão.

9.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.3. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

10.6. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

11. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do **caput** do art. 17 do Decreto 10.024/2019.

11.2. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso V do **caput** do art. 13 do Decreto 10.024/2019.

12. ERROS OU FALHAS

12.1. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na [Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#).

12.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o **caput**, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

(X) Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação, conforme justificativa constante do Termo de Referência da presente licitação.

() Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

14. DA CONTRATAÇÃO

14.1. A Embrapa convocará o licitante vencedor para assinatura do Contrato em prazo de até 10 (dez) dias úteis prorrogáveis por igual período. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o instrumento contratual, dentro do prazo e condições estabelecidos, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

14.2. Havendo recusa de assinatura do Contrato, a Embrapa poderá revogar a licitação ou convocar os licitantes remanescentes, atendida a ordem de classificação, para negociação e possível adjudicação do objeto da licitação e homologação pela autoridade superior.

15. PENALIDADES

15.1. Aquele que convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.

15.2. O licitante estará sujeito à multa, garantido o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses e nos seguintes percentuais:

a) não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, ou não mantiver a proposta – multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor da sua proposta;

b) deixar de entregar documentação exigida neste Edital – multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da sua proposta;

c) apresentar documentação falsa – multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da sua proposta;

d) comportar-se de modo inidôneo – multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da sua proposta;

e) fizer declaração falsa – multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da sua proposta;

f) cometer fraude fiscal – multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da sua proposta.

15.3. Ocorrendo mais de uma infração, as multas serão cumulativas até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

15.4. As penalidades referentes à inexecução do Contrato estão estabelecidas no instrumento de contratação, conforme instrumento de contratação em anexo ao presente edital, podendo, ainda, constar do Termo de Referência.

15.5. A aplicação das penalidades acima referidas correrão em processo administrativo devidamente autuado conforme a Lei, o qual poderá iniciar-se de ofício ou a pedido de qualquer interessado.

15.6. Será dada vista dos autos à parte interessada, o qual terá direito de obter cópias de documentos nele contidos e conhecer as decisões proferidas, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.

15.7. A aplicação das penalidades ocorrerá após apresentação defesa pelo interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato (Lei nº 13.303/2016, art. 83, § 2º e item 11.1.2.3 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa), momento em que lhe será facultado formular alegações, apresentar documentos, bem como produzir provas.

15.8. Serão recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelo interessado quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

15.9. O interessado será intimado de prova ou diligência ordenada, com antecedência de 3 (três) dias úteis da sua realização.

15.10. Ultrapassada as fases do item 15.7, caberá ao Chefe Adjunto de Administração da Unidade o acolhimento ou não da defesa apresentada, devendo proferir decisão com a indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão.

15.11. O interessado será intimado da decisão, por intermédio de seu preposto ou, alternativamente, por meio de correspondência com Aviso de Recebimento ou, ainda, por qualquer meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

15.11.1. No caso de desconhecimento ou de domicílio/sede indefinido, a intimação será efetuada por meio de publicação Diário Oficial da União.

15.12. Da decisão administrativa cabe recurso, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da intimação do ato (item 12.1. do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa).

15.13. Poderá o interessado, quando a interposição do recurso, juntar os documentos que julgar convenientes.

15.14. O recurso interposto não terá efeito suspensivo. No entanto, havendo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

15.15. Interposto o recurso, o Chefe Adjunto de Administração intimará os demais interessados, se for o caso, para que, no prazo de 10 (dez) dias corridos, apresentem alegações.

15.16. O recurso será dirigido ao Chefe Adjunto de Administração, o qual, se não reconsiderar sua decisão, o encaminhará ao Chefe Geral.

15.17. O recurso não será conhecido quando interposto fora do prazo ou por quem não seja legitimado.

15.17.1. O não conhecimento do recurso não impede a Embrapa de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

15.18. A autoridade competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou

revogar, total ou parcialmente a decisão recorrida.

15.18.1. Se da aplicação do disposto no item 15.17 puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão, no prazo de 10 (dez) dias corridos.

15.19. Os prazos começam a correr a partir da data da intimação ou identificação, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

15.20. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

15.21. As penalidades referentes à inexecução do Contrato estão estabelecidas no instrumento de contratação, conforme instrumento de contratação em anexo ao presente edital, podendo, ainda, constar do Termo de Referência.

15.22. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

15.23. As sanções serão registradas e publicadas no Sicafe.

16. ATOS LESIVOS A Embrapa

16.1. Com fundamento no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013, o licitante estará sujeito às sanções estabelecidas neste Edital, observados o contraditório e a ampla defesa, e sem prejuízo das demais cominações legais, no caso dos atos lesivos à Embrapa, assim definidos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

16.2. Constatada a prática de ato lesivo à Embrapa, pela configuração, de uma das condutas tipificadas no inciso IV do Artigo 5º da Lei 12.846/2013, haverá a responsabilização administrativa, na forma dos artigos 6º e 7º da 12.846/2013.

16.3. Caso os atos lesivos apurados envolvam infrações administrativas à Lei nº 13.303/2016 ou a outras normas de licitações e contratos da administração pública, e tenha ocorrido a apuração conjunta, o licitante também estará sujeito a sanções administrativas que tenham como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a administração pública, a serem aplicadas no Processo Administrativo de Responsabilização.

16.4. A decisão administrativa proferida pela autoridade julgadora ao final do PAR será publicada no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico da Embrapa.

16.5. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.

16.6. O licitante sancionado administrativamente pela prática de atos lesivos contra a Embrapa, nos termos da Lei nº 12.846/13, publicará a decisão administrativa sancionadora na forma de extrato de sentença, cumulativamente:

- a) em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação do licitante ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;
- b) em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias; e
- c) em seu sítio eletrônico, pelo prazo de trinta dias e em destaque na página principal do referido sítio.

16.7. A publicação a que se refere o item 16.6 será feita a expensas da pessoa jurídica sancionada.

16.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Embrapa resultantes de ato lesivo cometido pelo licitante, com ou sem a participação de agente público.

16.9. O PAR e o sancionamento administrativo obedecerão às regras e parâmetros dispostos em legislação específica, notadamente, na Lei nº 12.846/2013 e no Decreto nº. 8.420, de 18 de março de 2015, inclusive suas eventuais alterações, sem prejuízo ainda da aplicação do ato de que trata o art. 21 do Decreto nº. 8.420/2015.

16.10. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

16.11. As disposições deste item se aplicam quando o licitante se enquadrar na definição legal do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.846/2013.

17. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

17.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.

17.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, podendo suspender a abertura da sessão pública caso entenda conveniente.

17.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

17.4. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

17.5. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.

17.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

17.7. O licitante, através de consulta permanente ao sítio acima indicado, deverá manter-se atualizado quanto a quaisquer alterações e esclarecimentos sobre o Edital, não cabendo à Embrapa a responsabilidade por desconhecimento de tais informações, em face de inobservância do licitante quanto ao procedimento apontado neste item.

17.8. Todos os pedidos/impugnações e suas respectivas respostas serão devidamente publicados no sítio eletrônico da Embrapa.

17.9. Somente serão consideradas as impugnações encaminhadas até às 17h00min do último dia para sua interposição.

17.10. O dia de abertura da licitação não é computado para a contagem dos prazos indicados neste item.

17.11. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos antes da sessão de abertura da licitação.

17.12. Não serão prestados esclarecimentos por telefone.

17.13. Acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época.

18.2. A Embrapa poderá promover alterações nos termos deste Edital, havendo reabertura do prazo para a apresentação das propostas, quando tais alterações afetarem a formulação das propostas.

18.3. A Embrapa poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, observado o disposto no art. 62 da lei 13.303/2016.

18.4. Os recursos destinados à contratação correrão por conta do orçamento da Embrapa.

18.5. Fica eleito o foro da Justiça Federal da cidade de Brasília/DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir qualquer questão oriunda da presente licitação.

18.6. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:

- a) ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA (SEI nº 7643359);
- b) ANEXO II - TABELA DA FROTA DA EMBRAPA HORTALIÇAS (SEI nº 7537658);
- c) ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS (SEI nº 7643359);
- d) ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO (SEI nº 7643359);
- e) ANEXO V - MODELO DE RECIBO (SEI nº 7643359);
- f) ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO (SEI nº 7643359).

MAURÍCIO MOREIRA DORNELAS
Chefe Adjunto de Administração

EVELINE MARIA DE SOUZA OLIVEIRA
Supervisora

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
TR nº 455/2022-CNPH/SPS

A	OBJETO Contratação de seguro para a frota de veículos da Embrapa Hortaliças, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão (avaria), incêndio, danos causados pela natureza, e assistência 24 horas (reboque tipo prancha, assistência mecânica, chaveiro e vidraceiro).
B	META FÍSICA Contratação de seguro para a frota da Embrapa Hortaliças. Frota: <u>37</u> (trinta e sete) veículos. Obs.: A relação da frota a ser considerada nesta contratação se encontra no Anexo II - Tabela da Frota da Embrapa Hortaliças.
C	DATA DE INÍCIO DA COBERTURA A cobertura de que trata o objeto deste Pregão terá sua vigência a partir de zero hora do dia 31 de dezembro de 2022 até 24h do dia 30 de dezembro de 2023. Caso o início do serviço somente seja possível após esta data, deverá ser considerada como data de início dos serviços, a data constante do respectivo Contrato, conforme acordado com a Contratada. A apólice de seguro terá vigência de 12 (doze) meses, podendo, nos termos da lei e durante a vigência contratual, ser renovada sucessivas vezes pelo mesmo prazo inicial, desde que devidamente justificado e mediante autorização da Embrapa. Obs.: A vigência, o reajuste e a eventual rescisão serão conforme item 2.10 do Adendo I – Especificações Técnicas.
D	VALOR TOTAL ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO O valor estimado da presente contratação, encontra-se discriminado no processo licitatório (SEI 21182.001475/2022-16 Embrapa Hortaliças) e ficará sigiloso aos licitantes até a finalização da fase de lances, conforme justificativa explicada no item 2.5. do Adendo I – Especificações Técnicas.
E	VISTORIA PRÉVIA DOS VEÍCULOS A vistoria será facultativa, conforme regras estabelecidas neste Termo de Referência.
F	HABILITAÇÃO Conforme estabelecido no Regulamento de Licitações e Contratos da Embrapa, Lei 13.303, Lei 10.520/2002 e demais legislações pertinentes. Conforme item 2.6 do Adendo I – Especificações Técnicas - e observando aquilo que vier a ser estabelecido no Edital de Licitação.
G	ADJUDICAÇÃO DO OBJETO O objeto será adjudicado globalmente à licitante vencedora.
H	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Natureza de Despesa: 339039-69
I	UNIDADE FISCALIZADORA: A frota dos veículos da Embrapa Hortaliças fica a cargo do SMV – Setor de Máquinas e Veículos da Unidade.
J	VIGÊNCIA DO CONTRATO O prazo de vigência do presente Contrato será de 60 (sessenta) meses, nos termos da Lei nº 13.303/2016, não podendo ser prorrogado.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. INTRODUÇÃO

1.1. Este documento estabelece os critérios para a contratação de seguro para a frota de veículos da Embrapa Hortaliças.

1.2. No Anexo II do Edital encontra-se a relação da frota a ser considerada nesta contratação.

1.3. NÃO EXCLUSIVA E DECLINAÇÃO DE EXIGÊNCIA DE COTA DE 25% PARA ME/EPP

1.3.1. Na forma do art. 9º do Decreto nº 6.204/07, quando a contratação for inferior a R\$ 80.000,00 e não for exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas (art. 48, I, da LC nº 123/06, art. 6º do Decreto nº 6.204/07 e art. 34 da Lei nº 11.488/07), esclarecemos que a licitação será realizada sem a exclusividade de participação para microempresas conforme Decreto 6.204/2007, Art.9º, II, pois tal delimitação poderá restringir a concorrência demasiadamente, vindo a comprometer o sucesso do pregão, além disto, esta limitação poderá frustrar os itens, e afetar a compra dos bens necessários para as atividades e projetos de pesquisas desenvolvidos na Unidade.

1.3.2. Conforme previsto no art. 10, incisos I, II e IV do Decreto nº 8.538/2015, entendemos que a exigência de cota de 25% para ME/EPP não será vantajosa para a Embrapa Hortaliças. A criação de cota de 25% poderá comprometer o êxito da aquisição dos bens solicitados, ficando a Administração sem o quantitativo desejado.

1.3.3. Entendemos que para esta licitação, a criação de cota prejudicará o conjunto do objeto. Dessa forma, sugerimos declinar desta exigência nos termos do art. 8º do decreto n.º 8.538/2015: "Art. 8º Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, os órgãos e as entidades contratantes deverão reservar cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte." (grifo nosso)

1.3.4. As justificativas de Licitação Não Exclusiva e Declinação de Exigência de Cota de 25% para ME/EPP, não comprometerá a lisura do Processo Licitatório, além de preservar o caráter competitivo no certame e a aquisição do objeto licitado.

2. DESCRIÇÕES DO "CATMAT"

2.1. Os códigos e descrições do "CATMAT", constantes do "SIASG", citados pelo "Comprasnet" podem eventualmente divergir da descrição dos itens licitados quanto a especificações e outras características. Neste caso, ou seja, havendo divergência quanto ao código/descrição CATMAT, valem as especificações detalhadas no Edital.

3. PESQUISA DE MERCADO

3.1. A pesquisa de preços foi realizada com base no item 9.10.4.7 do Regulamento de Licitações e Contratos da Embrapa (RLC), com a Instrução Normativa nº 65 de 07/07/2021 do SLT/MP/OG, e dos Acórdãos TCU nº 4.013/2008, 1713/2007 – Primeira Câmara e Acórdão 1157/2013 - Plenário (Informativo 151 do TCU).

3.2. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos consignados na proposta orçamentária do Orçamento Geral da União, para o presente exercício, a cargo da Embrapa, na Gestão/UG: 13203/135040, no Elemento de Despesas: 339039, Fonte de Recursos: 0100000000.

4. OBJETO

4.1. Contratação dos Serviços de Seguros para a Frota de Veículos do CNPH - SEGURO TOTAL, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, e assistência 24 horas (reboque tipo prancha, assistência mecânica, chaveiro e vidraceiro), em todo território nacional.

5. JUSTIFICATIVA

5.1. A contratação de seguro pela Administração Pública visa a resguardar o patrimônio público, sendo dever do gestor zelar pela integridade dos bens de titularidade das pessoas jurídicas de direito público. A contratação de um seguro para os veículos pertencentes aos entes da federais é forma eficiente de zelar pelo patrimônio público, garantindo a recomposição do erário pela ocorrência de eventual sinistro que gere dano ou perda nos veículos da Embrapa.

5.2. A vigência atual de nosso seguro automotivo vence no dia 30/12/2022. A apólice foi contratada por meio do Pregão Eletrônico nº 014/2017 - Embrapa Hortaliças, sendo a vigência

da cobertura de 1 (um) ano e o contrato por 12(doze) meses prorrogado até o prazo final de 60 (sessenta) meses.

5.3. Justifica-se a não divulgação do valor estimado dos itens, de forma estratégica, para que as licitantes ofereçam a sua melhor proposta comercial e atenda ao interesse público, conforme o que diz a Lei 13.303/16 sobre o assunto:

Art. 34. O valor estimado do contrato a ser celebrado pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista será sigiloso, facultando-se à contratante, mediante justificação na fase de preparação prevista no inciso I do art. 51 desta Lei, conferir publicidade ao valor estimado do objeto da licitação, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas

5.4. Os serviços são de natureza essencial e continuada uma vez que a necessidade não se extingue em si, sempre havendo necessidade de se manter seguro vigente para a frota de veículos em questão, com cobertura e assistência nos termos estabelecidos no Termo de Referência e demais anexos.

5.5. Após prospeção de mercado para verificação, especialmente, do alinhamento de nossa demanda com as condições de entrega do objeto pretendido pelo (s) potencial (is) fornecedor (es), de modo a analisarmos a vantajosidade da contratação, pesquisa, esta, formada especialmente por itens iguais e/ou similares licitados em processos recentes por Unidades da Embrapa, constatamos que a eventual renovação de apólices de seguro de veículos é vantajosa para a Embrapa, uma vez que:

a) o processo para renovação de apólice é menos oneroso e moroso do que realizar um novo processo licitatório, atendendo, assim, ao princípio da economicidade ao reduzir o número de licitações e os custos operacionais durante o exercício financeiro, bem como ao princípio da celeridade, ao otimizar e agilizar a contratação;

b) garante a continuidade do objeto contratado, permitindo que a frota de veículos não fique descoberta de seguro, o que diminui, ou mitiga, eventuais riscos ao patrimônio da Embrapa e às pessoas envolvidas; e

c) mantida as condições inicialmente acordadas, há vantagem econômica na eventual renovação, haja vista que o objeto foi contratado mediante processo licitatório aberto à participação ampla e que, geralmente, nos casos de renovação de apólices, as Corretoras/Seguradoras mantêm os mesmos valores dos prêmios inicialmente estabelecidos, aplicando-se, somente e em comum acordo, índice de reajuste visando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

5.6. Ante o exposto, tendo em vista a proximidade de encerramento da apólice vigente sem a perspectiva de renovação, considerando o item 9.4 das Normas de Segurança descritas no CONTROLE E UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS DA EMBRAPA, Norma nº 037.04.07.02.5.002, DO MANUAL DE PROCEDIMENTOS para a Frota da Embrapa, bem como a indispensável realização destes serviços de modo continuado, para que a Embrapa Hortaliças possa desenvolver suas atividades de pesquisa, justificamos a necessidade de uma nova contratação.

6. META FÍSICA

6.1. Contratação do seguro objeto deste Pregão para 37 (trinta e sete) veículos, conforme relação constante do Anexo II deste Termo de Referência.

7. PERÍODO DE EXECUÇÃO

7.1. A apólice de seguro terá sua vigência a partir de zero hora do dia 31 de dezembro de 2022 até 24h do dia 30 de dezembro de 2023.

7.2. Caso o início do serviço somente seja possível após esta data, deverá ser considerada como data de início dos serviços, a data constante do respectivo Contrato, conforme acordado com a Contratada.

7.3. A apólice de seguro poderá ser renovada conforme estabelecido no item 2.10 Adendo I – Especificações Técnicas.

8. VALOR ESTIMADO

8.1. A Embrapa Hortaliças não divulga o valor estimado de suas licitações, conforme justificativa no item 2.2.3

9. METODOLOGIA DE CONTRATAÇÃO E CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

METODOLOGIA DE CONTRATAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

9.1. O objeto deste Termo de Referência será contratado através de Pregão Embrapa, na forma eletrônica, observando os dispositivos legais, notadamente os preceitos da Lei n.º 13.303/2016, da Lei n.º 10.520/2002, da Lei Complementar n.º 123/2006, do Decreto n.º 10.024/2019 e do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

9.2. O critério de julgamento da melhor proposta será o **menor preço global**, sendo adjudicado ao licitante que apresentar o menor preço global, for habilitado e qualificado tecnicamente e que atenda aos parâmetros mínimos de qualidade do objeto definidos neste Termo de Referência.

9.3. A licitante deverá, em sua proposta, detalhar o valor ofertado para cada veículo, conforme Anexo III – Modelo de Proposta de Preços.

9.4. Razão Social, CNPJ, Inscrição estadual, Endereço Completo, Telefone e e-mail de contato, dados bancários e **prazo de validade da proposta de preços não inferior a 60 (sessenta) dias corridos**;

9.5. Declaração expressa do licitante que estão inclusos no preço da proposta, todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, serviços e encargos sociais.

9.6. Assinatura expressa de próprio punho ou com certificado digital.

9.7. O **modo de disputa** será:

() aberto, quando os licitantes apresentarem lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento estabelecido.

(X) aberto e fechado, quando os licitantes apresentarem lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento estabelecido.

9.8. No modo de disputa aberto, o Edital preverá intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

9.9. A fase de apresentação e julgamento das propostas deverá anteceder a fase de habilitação, devendo-se analisar os requisitos de habilitação, obedecendo à ordem crescente de classificação das propostas, apenas do licitante que atender aos parâmetros mínimos de qualidade do objeto definidos neste Termo.

9.10. Considerando o objeto em questão e o que dispõem a Lei Complementar nº 123/2011 em seu Art. 3º, Parágrafo 4º, Inciso VIII, a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil) em seu Art. 757, Parágrafo Único, o Decreto-Lei nº 73/1966 em seu Art. 24, a licitação será aberta à PARTICIPAÇÃO AMPLA.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

9.11. Poderão participar do Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP n.º 3, de 2018.

9.12. Não poderão participar os licitantes que tenham sofrido:

a) penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, prevista no inciso III do artigo 87 da Lei n.º 8.666/1993, desde que aplicada pela Embrapa;

b) penalidade de impedimento de licitar e contratar, prevista no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002 ou no artigo 47 da Lei n.º 12.462/2011, aplicada por qualquer órgão ou entidade da União;

c) penalidade de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do artigo 87 da Lei n.º 8.666/1993 ou a prevista no artigo 46 da Lei n.º 8.443/1992, aplicada pelo Tribunal de Contas da União;

d) penalidade de proibição de contratar com o Poder Público prevista nos incisos do artigo 12, III da Lei n.º 8.429/1992.

9.13. Também estarão impedidas de participar da licitação empresas que, na data do certame, estejam cumprindo sanção de proibição de participar de licitações e celebrar contratos administrativos nos termos do artigo 38 da Lei n.º 12.529/2011, do artigo 10 da Lei n.º 9.605/98, e inciso IV do artigo 33 da Lei n.º 12.527/11.

9.14. Também não poderão participar Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum participando da presente licitação.

9.15. Não poderão participar as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão n.º 746/2014-TCU-Plenário).

9.16. Serão impedidas de participar, também, as pessoas, físicas ou jurídicas, referidas nos artigos 38 e 44 da Lei n.º 13.303/2016.

9.17. A participação de cooperativas na presente licitação:

() será admitida.

(X) não será admitida, tendo em vista o caráter específico do objeto e considerando o que dispõem a Lei Complementar nº 123/2011 em seu Art. 3º, Parágrafo 4º, Inciso VIII, a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil) em seu Art. 757, Parágrafo Único, e o Decreto-Lei nº 73/1966 em seu Art. 24.

9.18.A participação de empresas reunidas em consórcio:

() será admitida.

(X) não será admitida, tendo em vista que a formação de consórcio é mais conveniente e oportuna nas contratações de alta complexidade e relevante vulto, em que se torne viável para as empresas a se consorciarem a soma de capacidade técnica e financeira, visando a execução do objeto, motivo pelo qual se justifica a vedação da participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a modalidade de sua constituição.

REQUISITOS MÍNIMOS DE HABILITAÇÃO

9.19. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado, o preço e os documentos de habilitação, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.20. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.21. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.22. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.23. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.24. Os licitantes declararão, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

9.25. A falsidade desta declaração sujeitará o licitante às sanções previstas Decreto nº 10.024/2019, em especial, a penalidade prevista no inciso IX, de seu artigo 49.

9.26. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

9.27. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta, na forma do Capítulo IX do Decreto nº 10.024/2019.

9.28. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9.29. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 38 do Decreto nº 10.024/2019.

9.30. Serão exigidos os seguintes documentos para a habilitação jurídica:

9.30.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.30.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.30.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.30.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.30.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.30.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.30.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

9.30.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.30.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.30.10. No caso de exercício de atividade regulamentada, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, conforme legislação pertinente, conforme exigências descritas neste Termo de Referência.

9.30.11. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectivas, quando houver;

9.31. Serão exigidos os seguintes documentos para verificação da capacidade técnica:

a) no mínimo, 01 (um) ATESTADO DE CAPACIDADE, em nome da interessada, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, referente à execução satisfatória, COMPATIVEL COM O OBJETO LICITADO;

b) além do atestado, outros requisitos poderão estar definidos no Termo de Referência, com vistas ao estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

9.31.1. É permitido o somatório de quantitativos havidos em mais de um atestado.

9.31.2. É permitida a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos em nome de outra empresa da qual a licitante seja subsidiária integral e/ou de subsidiária integral pertencente a licitante, desde que pertencente à mesma atividade econômica;

9.31.3. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou, tratando-se de prestação de serviços contínuos, se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

9.31.4. Os atestados deverão conter nome, endereço, telefone de contato do atestador ou qualquer outro meio que permita à Embrapa manter contato com a sociedade atestante.

9.32. Para demonstração da Qualificação Econômica Financeira, será exigida a seguinte documentação:

9.32.1 **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;**

9.32.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.32.3. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.32.4. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.32.5. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.32.6. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.32.7. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.32.8. As empresas que apresentarem Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou menor que 1 (um) quando da habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital

mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. (definição conforme artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018)

9.32.9 Caso a licitante que apresente resultado igual ou menor que 1(um) não atenda as condições do item anterior, a qualificação econômica-financeira poderá ser demonstrada, mediante a apresentação de garantia no percentual de 5% (cinco por cento), podendo o licitante optar por uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro; seguro-garantia; e fiança bancária.

9.32.10 Em se tratando de consórcio, caso permitida a sua participação, o valor exigido para efeito de habilitação econômico-financeira:

a) será acrescido em 10%(dez por cento) sobre o valor exigido para efeito de habilitação;

b) não haverá acréscimo em relação ao valor exigido de licitante individual, em virtude da justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

9.32.11 O acréscimo de que trata este subitem não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresa e pequenas empresas, assim definidas em lei.

9.32.12 Microempresas e empresas de pequeno porte deverão atender a todas as exigências de habilitação previstas neste edital.

9.32.13 Para as microempresas e empresas de pequeno porte (nos termos da Lei Complementar nº 123/2006) que tenham alguma restrição, em relação à documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, nos termos do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 4º e seus parágrafos, do Decreto nº 8.538/2015;

9.32.14 Para aplicação do disposto no item 8.20, o prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação;

9.32.15 A prorrogação do prazo constante do item 8.20 poderá ser concedida, a critério da Embrapa, após requerimento justificado da licitante.

9.32.16 A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.32.17 Os documentos deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada.

9.32.18 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o licitante inabilitado, devendo instruir o processo, se for o caso, com vistas a possíveis penalidades.

9.33. Para verificação da regularidade fiscal, serão exigidos, exclusivamente:

a) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

c) DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016, conforme modelo constante de anexo do presente Edital (ANEXO III). Será permitido ao licitante que tiver preenchido a declaração de inexistência dos fatos impeditivos informados no Comprasnet, o ajuste do documento nos moldes da declaração de ausência dos impedimentos dos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016, conforme Modelo Anexo III do edital após a solicitação via chat do pregoeiro.

9.34. Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial:

a) Autorização de Funcionamento da Entidade Junto à SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), para operar com seguros;

b) Certidão de Regularidade junto à SUSEP, sem ocorrências de pendências;

c) Certidão de Administradores junto à SUSEP.

9.35. O Edital detalhará os documentos de habilitação necessários à comprovação de atendimento aos parâmetros acima citados.

9.36. Para fins de habilitação, a verificação pela Embrapa nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

10. ENDOSSE

10.1. Os veículos da Embrapa que não fazem parte da relação poderão, ao longo da vigência desta contratação, serem inseridos obedecendo às normas de inclusão por endosso, sem prejuízo do disposto no item 2.8.6 destas Especificações Técnicas.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 Valor de mercado referenciado:

11.1.1 Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado como base em 100% (cem por cento) do valor divulgado pela FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, divulgada pelo site www.fipe.org.br, ou o valor mencionado na coluna "casco" do Anexo II do Edital, quando informado.

11.1.2 Em caso de extinção ou interrupção da publicação da tabela FIPE, a tabela substituída será a tabela MOLICAR, divulgada pelo site www.molicar.com.br, com o mesmo percentual, vedada a utilização de qualquer outra tabela.

11.1.3 Tratando-se de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 (noventa) dias a contar data de seu recebimento pela Embrapa, independentemente da quilometragem rodada no período.

11.1.4 Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

11.2. Da Apólice:

11.2.1 A emissão deverá resultar em uma única apólice, que ocorrerá por meio eletrônico, não gerando custo para a CONTRATANTE.

11.2.2 Deverá constar na apólice:

a) Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações.

b) Indicação da tabela de referência e da tabela substituída e seus respectivos veículos de publicação.

c) Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. No caso 100%.

d) Prêmios discriminados por cobertura.

11.2.3 Limites de indenização por cobertura, conforme valores constantes da tabela do Anexo II – Modelo de Proposta:

a) Responsabilidade Civil Facultativa (RCF):

I - Valor para indenização de danos materiais: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

II - Valor para indenização de danos pessoais: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

b) Acidente por Passageiro (APP):

I - Valor para indenização morte por pessoa: R\$ 12.000,00 (doze mil reais);

II - Valor para indenização invalidez por pessoa: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

11.2.4. Bônus, quando houver, observando o disposto no Anexo II.

11.2.5. Franquia aplicável, observando o disposto no Anexo III.

11.2.6. A apólice deverá ser disponibilizada para a CONTRATANTE, em meios eletrônicos e com assinatura eletrônica válida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da emissão da nota de empenho.

11.2.7. Após a disponibilização da referida apólice, a CONTRATANTE terá o prazo de até 15 (quinze) dias para verificação da sua conformidade e posterior confirmação de validade.

11.2.8. Para a inclusão por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a CONTRATADA disporá de até 15 (quinze) dias, a contar do recebimento do pedido expresso pela respectiva unidade fiscalizadora do contrato.

11.2.9. A inclusão e/ou correções de que trata o item anterior poderá também, a qualquer tempo, ser realizada pela Embrapa.

11.2.10. O fato de a seguradora deixar de disponibilizar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei pelo referido atraso.

11.3. Da Avaria:

11.3.1 Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na história de contratação do seguro, isto não será impeditivo para contratação, sendo, porém, estas avarias excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial.

11.3.2 Após procedimento de recuperação do veículo, durante a vigência do seguro, este deverá submeter o veículo a uma nova história para exclusão da 'Cláusula de Avaria'.

11.3.3 Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.

11.3.4 Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, conforme item 2.8.10 destas Especificações Técnicas, será desconsiderada qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.

11.4. Do Aviso de Sinistro:

11.4.1 A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação por aviso de sinistro.

11.4.2 A central poderá funcionar por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

11.4.3 Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, 5 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

11.4.4 Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 3 (três) horas, após o aviso de sinistro.

11.5. Dos Bônus:

11.5.1 A licitante vencedora, independentemente de ser ou não a atual contratada, deverá observar os bônus estabelecidos no Anexo II – Modelo de Proposta de Preços.

11.5.2 Quando, no Anexo II, o bônus já se encontrava no valor máximo – 10 –, este foi mantido constante no Anexo III.

11.6. Do Endosso:

11.6.1 Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, na apólice poderão ser solicitadas pela Embrapa e processadas pela seguradora, mediante endosso, aplicando-se as regras constantes dos itens 2.8.15 e 2.8.16 destas Especificações Técnicas.

11.6.2 Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice.

11.6.3 A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias, a contar de pedido expresso pela respectiva unidade fiscalizadora do contrato.

11.6.4 Os veículos que não fazem parte desta contratação, poderão ao longo da vigência da apólice, serem inseridos obedecendo às normas de inclusão por endosso.

11.7. Da Franquia:

11.7.1 A franquia considerada é a obrigatória, devendo ser observados os itens a seguir:

11.7.2 A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).

11.7.3 Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, não devendo exceder o limite máximo estipulado no Anexo III, devendo, para isso, serem consideradas as informações e detalhes constante da tabela 1 e do Anexo III, podendo ser ofertada, de acordo com análise por veículos e seus devidos bônus, franquias de valores menores.

11.7.4 Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas frontais, retrovisores, faróis e lanternas deverá ser isento do valor da franquia na primeira solicitação de cada item por veículo, e não exceder o limite máximo de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para veículos de passageiro e utilitário e de R\$ 200,00 (duzentos reais) para ônibus e caminhão, não sendo cumulativas com a franquia de que trata o item 11.7.1 destas especificações.

11.7.5 A franquia de que trata este item será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.

11.7.6 Havendo sinistro com a necessidade específica de substituição de vidros laterais e traseiros, troca de lente de retrovisores e reparo em trincas de para-brisas, a CONTRATADA não cobrará franquia para esses serviços.

11.7.7 Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pela Embrapa, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo.

11.7.8 Caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

11.7.9 Não haverá cobrança de franquia em caso de indenização integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

11.8. Salvados:

11.8.1 Uma vez pagar a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

11.8.2 É de inteira responsabilidade da seguradora contratada, providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da CONTRATADA junto aos órgãos pertinentes.

11.9. Dos Sinistros:

11.9.1 Dos Riscos Cobertos: "SEGURO TOTAL". O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pela CONTRATANTE, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

11.9.1.1 Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros.

11.9.1.2 Colisão com veículos, pessoas ou animais, abaloamento e capotamento.

11.9.1.3 Raios e suas consequências.

11.9.1.4 Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.

11.9.1.5 Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo.

11.9.1.6 Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado.

11.9.1.7 Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo.

11.9.1.8 Em casos de que trata o item acima, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica perda de bônus para o segurado.

11.9.1.9 Granizo.

11.9.1.10 Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.

11.9.1.11 Quebra de para brisas, total ou parcial, faróis e/ou lanternas, retrovisores, obedecendo ao disposto nos itens 11.7.1, 11.7.2, 11.7.3 e 11.7.4 destas especificações.

11.9.1.12 Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Pessoais).

11.9.1.13 Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica.

11.9.2 Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:

11.9.2.1 Chaveiro;

11.9.2.2 Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pela CONTRATANTE;

11.9.2.3 Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado; transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.

11.10. Da Vistoria Prévia:

11.10.1 As licitantes interessadas em vistoriar os veículos a serem segurados poderão comparecer à Embrapa Hortaliças, BR 060/DF, km 9 da Rodovia Brasília/Anápolis, DF-180, Fazenda Tamandua, Ponte Alta, Gama-DF, CEP: 70.275-970, Caixa Postal: 218, no **horário das 09 às 16 horas**.

11.10.2 A vistoria dos veículos constantes da tabela 1 do Anexo II deverá ser marcada previamente por intermédio do e-mail cnph.smv@embrapa.br ou por telefone (61) 3385-9094, no Setor de Máquinas e Veículos, sito ao Srº Amilton Oliveira Ribeiro Mota.

11.10.3 Quando solicitada, a vistoria deverá ser marcada no prazo de, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas antes da sua realização.

11.10.4 Quando solicitada, a vistoria deverá ser realizada até 48 (quarenta e oito) horas antes do horário estabelecido para a abertura do Pregão Eletrônico, fixada no preâmbulo deste Edital.

11.10.5 Não realizada a vistoria ou não obedecidos os prazos previstos para a sua marcação ou realização, considerar-se-á que todos os concorrentes aceitaram as condições em que se encontram os veículos.

11.10.6 O fato de a seguradora deixar de realizar a vistoria ora prevista não motiva descumprir as obrigações pertinentes a esse objeto, inclusive quanto à cobertura de equipamentos e de acessórios.

11.11. Regulação de Sinistro:

11.11.1 Ocorrendo sinistro, a seguradora deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

11.11.2 Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, a Embrapa poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.

11.11.3 Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério da Embrapa.

11.11.4 Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.

11.11.5 Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da Embrapa, não cabendo, pela CONTRATADA, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

11.11.6 O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro.

11.11.7 Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a seguradora ficará sujeita a multa diária correspondente 2% (dois por cento) do valor da indenização além das penalidades previstas em lei.

11.12. Da Indenização:

11.12.1 Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da seguradora.

11.12.2 Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da seguradora.

11.12.3 Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pela Embrapa e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

11.13. Da Indenização Integral:

11.13.1 Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% (setenta e cinco por cento) do valor referenciado.

11.13.2 Em caso de indenização integral a seguradora não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.

11.13.3 Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do veículo e da sociedade seguradora.

11.14. Do Questionário de Avaliação de Risco:

11.14.1 Os veículos são conduzidos por motoristas empregados da Embrapa.

11.14.2 Na Embrapa os veículos permanecem recolhidos em estacionamento fechado e privativo.

11.14.3 Não há previsão de quilometragem a ser percorrida pelos veículos da frota da Embrapa, objeto desta contratação, durante o período da vigência do seguro.

11.14.4 Diante das informações fornecidas nos itens acima e, devido às características peculiares do serviço, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das obrigações pertinentes a esse objeto.

11.15. Da Inclusão e Substituição:

11.15.1 Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo (s), durante o período da vigência da apólice, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação.

11.15.2 Os veículos que ficaram de fora desta contratação, poderão ser incluídos, durante a vigência da apólice, por meio de endosso de inclusão.

11.15.3 Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

11.15.4 A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado à Embrapa.

11.15.5 Caberá ao Setor de Máquinas e Veículos, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado, previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor.

11.16. Da Exclusão:

11.16.1 Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo (s), a CONTRATADA deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Embrapa, mediante a aplicação da fórmula:

$X + 12 = Y \times Z = VT$ onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término da apólice;

VT = Valor total a ser devolvido à Embrapa.

11.16.2 O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pela Embrapa à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

11.16.3 Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.

11.16.4 A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado, à Embrapa.

12. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

12.1. A Embrapa realizará o pagamento no prazo de até o **15º (décimo quinto) dia útil**, contado do recebimento definitivo da apólice.

12.2. A CONTRATADA deverá apresentar recibo, para fins de pagamento, junto com a entrega definitiva da apólice, com preenchimento por parte de pessoa habilitada para tal.

12.3. Após recebimento da apólice e recibo, de que trata o item anterior, o pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.

12.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, caso exista pendência quanto à Justiça do Trabalho e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

12.5. O descumprimento, pela CONTRATADA, do estabelecido no item 2.9.4, não lhe gera direito a alteração de preços ou compensação financeira.

12.6. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, sofrerão correção monetária pela variação do IPCA/IBGE, acrescidos de juros de mora de 0,5% ao mês, *pro rata die*.

12.7. A falta de pagamento devidamente justificada pela Contratante, não ensejará no término da cobertura dos veículos da frota.

12.8. A Embrapa não acatará a negociação de duplicatas com bancos ou outras instituições financeiras.

12.9. Caso não haja expediente na Embrapa no dia do vencimento da Nota Fiscal/fatura, fica o pagamento prorrogado para o 1º dia útil subsequente.

12.10. Dados para Faturamento:

Embrapa Hortaliças - CNPJ: 00.348.003/0055-03
Rodovia BR 060, Km 09, Fazenda Tamandua
Brasília/DF – CEP: 70351-970
Telefone: (61) 3385-9007/9090/9093
E-mail: cnph.sps@embrapa.br

13. VIGÊNCIA, REAJUSTE E RESCISÃO

VIGÊNCIA

13.1. A vigência do Contrato será de 60 (sessenta) meses, nos termos da Lei nº 13.303/2016, não podendo ser prorrogada.

13.2. A apólice de seguro terá vigência de 12 (doze) meses, podendo, nos termos da lei e durante a vigência contratual, ser renovada sucessivas vezes pelo mesmo prazo inicial, desde

que devidamente justificado e mediante autorização da Embrapa.

13.3. Na hipótese de renovação da apólice, a CONTRATADA deverá oferecer desconto e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP - do Ministério da Fazenda e da proposta apresentada pela CONTRATADA.

13.4. A instrução do processo de renovação da apólice deverá contemplar:

- a) proposta da Contratada para renovação da apólice, com sua manifestação expressa informando o interesse na prorrogação;
- b) manifestação, justificativa e aprovação, por escrito, do Gestor Técnico do Contrato, quanto à regularidade da prestação dos serviços contratados;
- c) comprovação de que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração, podendo, a critério da Administração, ser dispensada a realização de pesquisa de preços, tendo em vista o disposto no item 2.10.8, abaixo;
- d) comprovação de que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação;
- e) autorização, por escrito, da autoridade superior, ratificando o interesse da Administração na renovação da apólice.

REAJUSTE

13.5. Visando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme acordo entre as partes e mediante comprovação, os contratos advindos a partir deste Termo, poderão ser alterados para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ocorridos após a data da apresentação da proposta, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

13.6. Os preços contratados poderão ser reajustados, após solicitação da CONTRATADA, mediante negociação entre as partes, tendo como limite máximo a variação do IPCA/IBGE ocorrida nos últimos 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou do último reajuste.

13.6.1. Os efeitos financeiros do reajuste serão reconhecidos a partir das datas definidas neste item.

13.6.2. O reajuste deverá ser solicitado antes do término da apólice vigente, sob pena de preclusão.

13.7. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio Contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do Contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento.

13.8. A vantagem econômica para a eventual renovação da apólice de seguro celebrada, observando a natureza continuada do serviço contratado e desde que mantida as condições inicialmente acordadas, está assegurada, podendo, a critério da Administração, ser dispensada a realização de pesquisa de preços, tendo em vista o seguinte:

- a) O objeto foi contratado mediante processo licitatório aberto à participação ampla;
- b) O processo para renovação é menos oneroso e moroso do que realizar um novo processo licitatório, atendendo, assim, ao princípio da economicidade ao reduzir o número de licitações e os custos operacionais durante o exercício financeiro, bem como ao princípio da celeridade, ao otimizar e agilizar a nossa contratação;
- c) O processo para renovação de apólice garante a continuidade do objeto contratado, permitindo que a frota de veículos não fique descoberta de seguro, o que diminui, ou mitiga, eventuais riscos ao patrimônio da Embrapa e às pessoas envolvidas;
- d) Nos casos de renovação, geralmente as Corretoras/Seguradoras mantêm os mesmos valores dos prêmios inicialmente estabelecidos, aplicando-se, somente e em comum acordo entre as partes, índice de reajuste visando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro;
- e) Existência de previsão contratual de que as repactuações ou reajustes de preços deverão ser efetuados com base em critérios previamente definidos no Contrato, conforme itens 13.5 e 13.6 acima, visando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

RESCISÃO

13.9. A rescisão do contrato dar-se-á:

- a) de forma unilateral, quando a proposta da Contratada para renovação da apólice não se mostrar vantajosa para a Administração;
- b) de forma unilateral, conforme as demais hipóteses previstas no instrumento contratual, assegurada a prévia defesa;
- c) por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Embrapa e para a Contratada;
- d) por determinação judicial.

13.10. Constituem motivo para a rescisão unilateral do contrato:

- a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- c) o descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíba o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- d) a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013;
- e) inobservância da vedação ao nepotismo;
- f) prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação da Embrapa, direta ou indiretamente;

g) rescisão por interesse público, sem ônus para a Embrapa, para os casos em que não fique demonstrada a manutenção dos preços ou condições mais vantajosas.

13.11. A rescisão decorrente dos motivos elencados nas alíneas "c", "d", "e", "f" e "g" da subseção 2.10.10. será efetivada após o regular processo administrativo.

13.12. Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

13.13. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a Embrapa adotar, motivadamente, providências acuteladoras

14. DO PREPOSTO

14.1. A CONTRATADA deverá nomear preposto com domicílio em Brasília/DF, para, durante o período de vigência da apólice, representá-la na execução do contrato, devendo, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da CONTRATO, informar dados completos do referido preposto ao Setor de Máquinas e Veículos, da Embrapa.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. Dar integral cumprimento a sua proposta, a qual passa a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

15.2. Cumprir o prazo máximo de entrega previsto neste instrumento.

15.3. Manter durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.4. Fornecer equipamento/material/produto de primeira qualidade e de acordo com as especificações e condições adequadas para seu uso, entregando-o nos endereços indicados e na forma e condições estabelecidas, fazendo-se acompanhar por empregado credenciado pela Embrapa para recebimento e conferência das quantidades fornecidas.

15.5. Prestar, sempre que consultado, todos os esclarecimentos solicitados pela Embrapa relacionados à execução do contrato e ao objeto contratado.

15.6. Atender pronta e imediatamente às reclamações que porventura lhes forem apresentadas.

15.7. Atender às demandas da Embrapa na exata medida de suas necessidades, garantindo a entrega do(s) produto(s) solicitado(s).

16. DAS OBRIGAÇÕES DA EMBRAPA

16.1. Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando a Contratada às ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela.

16.2. Rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento executado em desacordo com o Instrumento de Contrato;

16.3. Notificar e aplicar sanções ao contratado, nos termos previsto no Instrumento de Contrato.

16.4. Facilitar aos empregados e/ou ao(s) preposto(s) da Contratada o acesso às áreas onde os serviços serão executados, aos equipamentos e às informações necessárias à execução dos serviços, prestando-lhe os esclarecimentos solicitados.

17. DAS SANÇÕES

17.1. As penalidades decorrentes da inadimplência na execução da obrigação assumida, após o recebimento do Contrato, serão processadas e aplicadas nas hipóteses de:

- a) retardamento da execução do objeto;
- b) falha na execução do objeto;
- c) fraude na execução do objeto.

17.2. Caracterizado o comportamento inadequado na condução do objeto, conforme subitem anterior, motivando a inexecução total ou parcial do contrato, a Embrapa poderá, garantida a defesa prévia, aplicar ao Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações legais e da reparação dos danos causados à Embrapa:

- a) ADVERTÊNCIA;
- b) MULTA;
- c) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) A penalidade de ADVERTÊNCIA será aplicada quando ocorrer o descumprimento das obrigações assumidas, desde que sua gravidade, a critério da Embrapa, mediante justificativa, não recomende a aplicação de outra penalidade, exceto nos casos de reincidência dos fatos que ensejaram a advertência, quando deverá ser aplicada penalidade de multa.

17.3. A CONTRATADA será sancionada com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e ser descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Embrapa, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nestas Especificações Técnicas e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- 17.3.1. Apresentação de documentação falsa;
- 17.3.2. Inexecução parcial ou total do objeto;
- 17.3.3. Retardamento da execução do objeto;
- 17.3.4. Falhar na execução da contratação;
- 17.3.5. Fraudar na execução da contratação;
- 17.3.6. Comportamento inidôneo;
- 17.3.7. Declaração falsa;
- 17.3.8. Fraude fiscal.

17.4. Para os fins do item 17.3.6, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

17.5. Para as condutas descritas nos itens 17.3.1, 17.3.4, 17.3.5, 17.3.6 e 17.3.7 serão aplicadas multa de no máximo 30% (trinta por cento) do valor contratado.

17.6. A penalidade de multa, para os fins dos itens 17.3.2 e 17.3.3, serão aplicadas nas seguintes condições:

- a) 0,5% (cinco décimos por cento) do valor contratado por dia de atraso na prestação do serviço, até o máximo de 10% (dez por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor contratado no caso de inexecução parcial do contrato ou de descumprimento de obrigação contratual.
- c) 30% (trinta por cento) do valor contratado no caso de inexecução total do objeto contratado.

17.7. Fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

17.8. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à Embrapa, este será encaminhado para execução judicial.

18. ATOS LESIVOS À Embrapa

18.1. Com fundamento no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013, o licitante estará sujeito às sanções estabelecidas no item 2.12, observados o contraditório e a ampla defesa, e sem prejuízo das demais cominações legais, no caso dos atos lesivos à Embrapa, assim definidos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do procedimento licitatório;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar a licitação ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações no ato convocatório da licitação;

18.2. Constatada a prática de ato lesivo à Embrapa, pela configuração, de uma das condutas tipificadas no inciso IV do Artigo 5º da Lei 12.846/2013, haverá a responsabilização administrativa, na forma dos artigos 6º e 7º da 12.846/2013.

18.3. Caso os atos lesivos apurados envolvam infrações administrativas à Lei nº 13.303/2016 ou a outras normas de licitações e contratos da administração pública, e tenha ocorrido a apuração conjunta, o licitante também estará sujeito a sanções administrativas que tenham como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a administração pública, a serem aplicadas no Processo Administrativo de Responsabilização.

18.4. A decisão administrativa proferida pela autoridade julgadora ao final do PAR será publicada no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico da Embrapa.

18.5. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.

18.6. O licitante sancionado administrativamente pela prática de atos lesivos contra a Embrapa, nos termos da Lei nº 12.846/13, publicará a decisão administrativa sancionadora na forma de extrato de sentença, cumulativamente:

- a) em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação do licitante ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;
- b) em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias; e
- c) em seu sítio eletrônico, pelo prazo de trinta dias e em destaque na página principal do referido sítio.

18.7. A publicação a que se refere o item 18.6 será feita a expensas da pessoa jurídica sancionada.

18.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Embrapa resultantes de ato lesivo cometido pelo licitante, com ou sem a participação de agente público.

18.9. O PAR e o sancionamento administrativo obedecerão às regras e parâmetros dispostos em legislação específica, notadamente, na Lei nº 12.846/2013 e no Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, inclusive suas eventuais alterações, sem prejuízo ainda da aplicação do ato de que trata o art. 21 do Decreto nº 8.420/2015.

18.10. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

18.11 As disposições deste item se aplicam quando o licitante se enquadrar na definição legal do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.846/2013.

18.12. Após o encerramento do pregão, o pregoeiro informará ao Chefe Administrativo da Embrapa, sobre as falhas cometidas pelas licitantes (exemplo: pedido de desclassificação, não envio da proposta, lançamento de valor inexequível, desclassificação por não atender as especificações técnicas, inabilitação e etc), passível de punição administrativa, para abertura de Processo Administrativo de Apuração (PAA), nos termos do Acórdão TCU nº 754/2015 e Edital de Convocação.

19. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

19.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.

19.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, podendo suspender a abertura da sessão pública caso entenda conveniente.

19.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

19.4. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

19.5. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

19.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

19.7. O licitante, através de consulta permanente ao sítio acima indicado, deverá manter-se atualizado quanto a quaisquer alterações e esclarecimentos sobre o Edital, não cabendo à Embrapa a responsabilidade por desconhecimento de tais informações, em face de inobservância do licitante quanto ao procedimento apontado neste item.

19.8. Todos os pedidos/impugnações e suas respectivas respostas serão devidamente publicados no site eletrônico da Embrapa.

19.9. Somente serão consideradas as impugnações encaminhadas até às 17h:00min do último dia para sua interposição.

19.10. O dia de abertura da licitação não é computado para a contagem dos prazos indicados neste item.

19.11. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos antes da sessão de abertura da licitação.

19.12. Não serão prestados esclarecimentos por telefone.

19.13. Acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas

20. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:

20.1. Não será permitida a participação de Consórcios: Por entender que o objeto da licitação se trata de bem comum cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado e para sua aquisição não são necessárias alternativas técnicas de desempenho dependentes de tecnologia sofisticada, ou seja, o objeto não exige alta complexidade técnica e nem se enquadra em grande vulto podendo ser executado por uma única empresa. Conforme TCU:

A admissão ou não de consórcio de empresas em licitações e contratações é competência discricionária do administrador, devendo este exercê-la sempre sob justificativa fundamentada. Não obstante, a participação de consórcio é recomendada sempre que o objeto seja considerado de alta complexidade ou vulto TCU – Resenha de Jurisprudência – elaborada pela Secretaria das Sessões).

20.2. Observamos que diversas outras licitações com este tipo de material foram assim realizadas em todo país, a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade da licitação. No presente caso trata-se de objeto, perfeitamente pertinentes e compatíveis para empresas atuantes no ramo licitado, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais, garantindo assim a competitividade e a efetiva economicidade no processo.

21. DA CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVAS.

21.1. Não será permitida a participação de Cooperativas: Quando o objeto licitado não se enquadra na atividade direta e específica para a qual a cooperativa foi constituída, principalmente se a execução do objeto contratual escapar à dimensão do objeto social da cooperativa ou caracterize atividade especulativa, sendo sua atuação irregular. Senão vejamos Acórdão nº 1815/2003-Plenário, Acórdão nº 307/2004-Plenário que culminaram com a publicação da Súmula nº 281, TCU.

21.2. É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

21.3. Percebe-se, o que será licitado não apresenta alta complexidade técnica ou vulto, e no mercado não há escassez de empresas que prestam o serviço em sua totalidade, ou seja, qualquer empresa do ramo tem condições de executar o objeto, acima descrito, isoladamente sem a necessidade de formação de consórcio e/ou cooperativa.

21.4. A presente vedação não apresenta risco a competitividade do certame.

22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

22.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução por não envolver a execução de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra e por não ser o objeto de grande complexidade.

23. DA JUSTIFICATIVA PARA NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO

23.1. A contratação do seguro de frota de veículos será realizada com a composição de 01 (um) conjunto de 37 (trinta e sete) veículos dispostos um item da licitação.

23.2. Tal estratégia visa facilitar o controle e a execução dos contratos, uma vez que, a contratação por itens (veículo) ocasionaria uma possível contratação de dezenas de seguradoras, tornando complexa a gestão e fiscalização dos mesmos, bem como perda da economia de escala. Além disso, poderá ocorrer contratações com valores inferiores aos limites estabelecidos no art. 29, incisos I e II da Lei 13.303/2016.

24. INSTRUMENTO DE CONTRATO

24.1. Considerando o princípio da economicidade e da celeridade processual, a empresa contratada receberá uma via do Contrato, via e-mail (caput do art. 434 da Lei 10.406/02), manifestando de acordo com as condições nela constantes.

24.2. A Embrapa utiliza o SEI - Sistema Eletrônico de Informações para tramitar seus processos administrativos por meio eletrônico. Por isso, as assinaturas de documentos, inclusive contratos e/ou autorizações de fornecimento, serão registradas de forma eletrônica.

24.3. O licitante deverá efetuar o Cadastro de Usuário Externo para assinatura de instrumento contratual por meio do link: https://sistemas.sede.embrapa.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_enviar_cadastro&acao_origem=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0, no prazo máximo de 3 (três) úteis após a homologação do processo licitatório.

24.4. Após a liberação do cadastro SEI a Embrapa convocará o licitante para assinatura do contrato em prazo de até 10 (dez) dias úteis prorrogáveis por igual período, a critério da administração.

24.5. A empresa deverá assinar o contrato de forma eletrônica, via SEI, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa, a pedido da licitante facultado a administração o direito de conceder.

24.6. A recusa injustificada em efetuar a cadastro dentro do prazo estabelecido, ou na assinatura do contrato, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas no item 15.1 do Edital.

25. DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas neste Termo de Referência serão dirimidos pela Embrapa Hortaliças, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/16, no Regulamento de Licitações e Contratos da Embrapa (RLCE) e demais regulamentos e normas administrativas pertinentes.

25.2.Fica eleito o foro da Justiça Federal da cidade de Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir qualquer questão oriunda da presente licitação.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

(assinado eletronicamente)

AMILTON OLIVEIRA RIBEIRO MOTA

Supervisor do Setor de Veículos e Transportes

26. APROVAÇÃO MOTIVADA DO TERMO DE REFERÊNCIA

26.1.Aprovo o presente termo de referência, tendo em vista que o mesmo atende as exigências legais, principalmente quando ao planejamento da contratação, bem como o objeto pretendido atenderá a demanda da Embrapa Hortaliças. Portanto, entendemos ser conveniente e oportuno a contratação do presente objeto.

(assinado eletronicamente)

MAURÍCIO MOREIRA DORNELAS

Chefe Adjunto de Administração

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 009/2022 – Embrapa Hortaliças

ANEXO II – TABELA DA FROTA DA EMBRAPA HORTALIÇAS

SEGURADORA ATUAL: GENTE SEGURADORA S/A - CNPJ: 90.180.605/0001-02

VIGÊNCIA DO SEGURO ATUAL: Até 30/12/2022

TABELA 1

Características

Tipo	Marca/Modelo	Ano Fab.	Placa	Chassi	Bônus	Casco	RCF		APP	
							Danos Materiais (R\$)	Danos Pessoais	Morte (R\$)	Invalidez (R\$)
CARRO	FORD/FIESTA	2009	JHY0328	9BFZF54P1A8458939	10	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
CAMINHONETA	TOYOTA/HYLUX	2009	JHY0348	8AJJF226794538575	10	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
CARRO	FIAT/SENA	2009	JHY5174	8A917201MA2049369	8	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
CARRO	FORD/FIESTA	2009	JIE4068	9BZF54B8A8462986	10	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
CARRO	FORD/FIESTA	2009	JIC4633	9BFZE54P2A8021290	10	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
CARRO	FORD/FIESTA	2009	JIC4643	9BFZF54PA8021299	10	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
VAN	FIAT/DUCATO	2010	JV2605	9BW245L34B2054183	10	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
ONIBUS	VW/17-210	2007	JHM6316	9BWHBBZ98BR815804	10	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
MICRO ÔNIBUS	AGRALE	2010	JIC6340	9BYC22Y1SBC005108	10	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
VAN	RENALT/MASTER	2014	AZF3430	93YVE34MCFJ540251	6	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
VAN	RENALT/MASTER	2014	AZF3426	93YVE34MCFJ538527	6	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
CAMINHONETA	MMC/L200	2015	PAB5165	93XLNKB8TFCF07822	6	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
ONIBUS	VW/17260	2012	OZY7564	953258221DR304486	6	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
VAN	RENALT/MASTER	2014	AZF3423	93YVE34MCFJ540184	6	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
CARRO	FORD/FIESTA	2010	JHP9941	9BFZF54P9B8178221	10	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
ONIBUS	VW/17-210	2002	HXO6674	9BWRF82W52R223564	10	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
CAMINHÃO	MB-708	1988	JFF4699	9BM308325JB790299	10	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
CARRO	FIAT/PALIO WEK	2014	PAB 1922	9BD374175F5071647	6	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
CARRO	FIAT/PALIO WEK	2013	JFV1920	9BD373175D5028937	8	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
CARRO	FIAT/PALIO WEK	2013	JFV1930	9BD373175D5028939	8	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
CARRO	VW/SAVEIRO	2012	JEQ8555	9BWLBO5UXDP043802	8	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
CAMINHONETA	MMC/L200	2013	JEJ1923	93XJNKB8TDCD67730	8	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
CAMINHONETA	MMC/L200	2013	JEJ1973	93XJNKB8TDCD67726	8	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
CAMINHONETA	MMC/L200	2013	JEJ1943	93XJNKB8TDCD67700	8	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
MICRO ÔNIBUS	VOLARE / W8	2013	JEG7005	93PB40N31DC045438	8	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
MICRO ÔNIBUS	VOLARE / W8	2013	JJC9240	93PB40N31DC46353	8	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
CARRO	FIAT/FIOR/AMB	2010	JIA6620	9BWD255429B8894291	8	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
CARRO	FIAT/PALIO WEK	2013	JKO3929	9BD373175E5039826	8	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
CARRO	FIAT/PALIO WEK	2013	JKO4079	9BD373175E5039816	8	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
CARRO	FIAT/PALIO WEK	2013	JKN1500	9BD373175E5039806	8	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
CARRO	FIAT/PALIO WEK	2014	PAB1923	9BD373175E5071628	8	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
KOMBI	VW/KOMBI	2012	JEQ8885	9BWMF07X7DP015357	10	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
ÔNIBUS	VOLVO/B290R	2013	JGP5281	9BVR6R628DE360249	1	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
MICRO ÔNIBUS	VOLARE / W8	2007	JHH4327	93PB12E3P8C022667	1	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
MICRO ÔNIBUS	VOLARE / V6	2005	JGS7914	93PB38D2M6C017350	1	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
CARRO	CITROEN /AIRCROS	2020	REH8C61	935SUNFNULB542156	1	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00
CARRO	FIAT/STRADA	2020	REI464	9BD281B31MYV64073	1	100% Fipe	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 009/2022 – Embrapa Hortaliças
ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa
Ref.: Pregão Eletrônico nº ____/____ – Embrapa Hortaliças

Em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico N.º ____/____ – Embrapa Hortaliças, apresentamos nossa proposta para Seguro com cobertura total para a frota de veículos automotores da Embrapa Hortaliças, de acordo com as condições, especificações e quantidades descritas no Termo de Referência e demais Anexos do Edital, conforme abaixo especificado:

Item	ESPECIFICAÇÃO (RESUMIDA) VEICULO / MARCA	PLACA	BÔNUS	SINISTRO	CASCO	Nº DE PASSAGEIROS	RCF		APP		FRANQUIA (LIMITE MÁXIMO) (R\$)	PRÊMIO PROPOSTO	
							DANOS MATERIAIS	DANOS PESSOAIS	MORTE	INVALIDEZ		PRÊMIO (R\$)	UNITÁRIO (R\$)
1	FORD/FIESTA 2009. GASOLINA/ETANOL	JHY0328	8	-	100% Fipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.135,40		
2	TOYOTA/HYLUX 2009. DIESEL	JHY0348	8	-	100% Fipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.589,56		
3	FIAT/SENA 2009. GASOLINA/ETANOL	JHY5174	4	-	100% Fipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.135,40		
4	FORD/FIESTA 2009. GASOLINA/ETANOL	JIE4068	8	-	100% Fipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.135,40		
5	FORD/FIESTA 2009. GASOLINA/ETANOL	JIC4633	7	-	100% Fipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.135,40		
6	FORD/FIESTA 2009. GASOLINA/ETANOL	JIC4643	7	-	100% Fipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.135,40		
7	FIAT/DUCATO 2010. DIESEL	JV2605	7	-	100% Fipe	16	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.589,56		
8	VW/17-260 2007. DIESEL	JHM6316	7	-	100% Fipe	44	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 2.157,26		
9	AGRALE 2010. DIESEL	JIC6340	6	-	100% Fipe	37	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.930,89		
10	RENALT/MASTER 2014. DIESEL	AZF3430	2	-	100% Fipe	16	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.589,56		
11	RENALT/MASTER 2014. DIESEL	AZF3426	2	-	100% Fipe	16	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.589,56		
12	MMC/L200 2015. DIESEL	PAB5165	2	-	100% Fipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.589,56		
13	VW/17.280 2012. DIESEL	OZY7564	2	-	100% Fipe	44	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 2.157,26		
14	RENALT/MASTER 2014. DIESEL	AZF3423	2	-	100% Fipe	16	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.589,56		
15	FORD/FIESTA 2010. GASOLINA/ETANOL	JHP9941	6	--	100% Fipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.135,40		
16	VW/17-210 2002. DIESEL	HXO6674	6	-	100% Fipe	44	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 2.157,26		

17	MB-708 1988. DIESEL	JFF4699	6	-	100% Fipe	3	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.589,56	
18	FIAT/PALIO WEK 2014. GASOLINA/ETANOL	PA1922	2	-	100% Fipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.135,40	
19	FIAT/PALIO WEK 2013. GASOLINA/ETANOL	JFV1920	4	-	100% Fipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.135,40	
20	FIAT/PALIO WEK 2013. GASOLINA/ETANOL	JFV1930	4	-	100% Fipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.135,40	
21	VW/SAVERO 2012. GASOLINA/ETANOL	JEQ8555	4	-	100% Fipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.135,40	
22	MMC/L200 2013. DIESEL	JEJ1923	4	-	100% Fipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.589,56	
23	MMC/L200 2013. DIESEL	JEJ1973	4	-	100% Fipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.589,56	
24	MMC/L200 2013. DIESEL	JEJ1943	3	-	100% Fipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.589,56	
25	VOLARE / W8 2013. DIESEL	JEG7005	4	-	100% Fipe	36	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.930,89	
26	VOLARE / W8 2013. DIESEL	JJC9240	4	-	100% Fipe	36	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.930,89	
27	FIAT/FIOR/AMB 2010. GASOLINA/ETANOL	JIA6620	4	-	100% Fipe	2	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.135,40	
28	FIAT/PALIO WEK 2013. GASOLINA/ETANOL	JKO3929	4	-	100% Fipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.135,40	
29	FIAT/PALIO WEK 2013. GASOLINA/ETANOL	JKO4079	4	-	100% Fipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.135,40	
30	FIAT/PALIO WEK 2013. GASOLINA/ETANOL	JKN1500	4	-	100% Fipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.135,40	
31	FIAT/PALIO WEK 2014. GASOLINA/ETANOL	PAB1923	2	-	100% Fipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.135,40	
32	VW/KOMBI, 2012 GASOLINA/ETANOL	JEQ8885	10	-	100% Fipe	9	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.135,40	
33	VOLVO/B290R, 2013 DIESEL	JGP5281	1	-	100% Fipe	42	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 2.157,26	
34	VOLARE / W8, 2007 DIESEL	JHH4327	1	-	100% Fipe	28	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.930,89	
35	VOLARE / V6, 2005 DIESEL	JGS7914	1	-	100% Fipe	19	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.930,89	
36	CITROEN /AIRCROS, 2020 GASOLINA/ETANOL	REH8C61	1	-	100% Fipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.135,40	
37	FIAT/STRADA, 2020, GASOLINA/ETANOL	REI4K64	1	-	100% Fipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.135,40	

a) Preço total da proposta R\$ _____ (POR EXTENSO);

b) Prazo de validade da proposta: dias (no mínimo 60 dias);

c) Estão inclusos no preço todos os custos e despesas, tais como, e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, lucro, todos os encargos e obrigações decorrentes de direitos e licenças de fabricação, patentes e marcas registradas, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto Contrato, isentando a Embrapa de quaisquer custos adicionais;

d) Declaramos ciência e aceitação das condições do Edital do Pregão Eletrônico nº ____/____ - Embrapa Hortaliças, e seus Anexos;

e) Dados da Empresa:

Razão Social: _____ CNPJ: _____
Insc. Estadual: _____ Insc. Municipal: _____
Endereço: _____ E-mail: _____ Telefone: _____

f) Dados Bancários:

Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____

_____, ____ de _____ de _____
(Local e data)

Diretor ou representante legal - Identidade
Nome Legível/Carimbo da Empresa

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 009/2022 – Embrapa Hortaliças ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO SOBRE IMPEDIMENTOS DA LEI Nº 13.303/2016

Declaramos, sob as penalidades da lei, que a empresa _____, da qual somos representantes credenciados, não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.

_____, ____ de _____ de _____
(Local e data)

Assinatura do representante legal da Empresa

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 009/2022 – Embrapa Hortaliças ANEXO V – MODELO DE RECIBO PARA PAGAMENTO DE SEGURO

Cabeçalho da empresa
Nome da empresa e CNPJ

RECIBO

Recebemos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, por intermédio de sua Unidade _____, CNPJ _____/_____, a importância de R\$ _____ (_____), valor total referente a contratação de seguro para sua frota, por meio da apólice nº _____, conforme Edital do Pregão Eletrônico n.º ____/____.

Dados bancários:
----- informar dados conta -----

[Data]
[Nome]
[Função]
[Assinatura do responsável]

ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO

Embrapa Cód. _____

A EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, instituída por força do disposto na Lei nº 5.851, de 07 de dezembro de 1972, Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.766, de 25 de junho de 2012, e alterado pela 3ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 09 de agosto de 2018 e publicada no Diário Oficial da União nº 169, de 31 de agosto de 2018, Seção 1, página 8, consoante parágrafo único do artigo 72 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2018, inscrita no CNPJ sob o nº 00.348.003/0001-10, sediada em Brasília/DF, Parque Estação Biológica S/N, Edifício Embrapa Sede, CEP 70.770-901, por intermédio de sua Unidade: **Embrapa Hortaliças**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.348.003/0055-03, sediada em Brasília-DF, endereço: Rodovia BR 060, Km 09, Gama/DF, neste ato representada por seu Chefe Adjunto de Administração, Sr. **Maurício Moreira Dornelas**, C.P.F nº 715.973.791-15 conforme ato de delegação 691, publicado no BCA nº 25/2022, em conjunto com a Supervisora do Setor de Patrimônio e Suprimentos, **Eveline Maria de Souza Oliveira**, C.P.F nº 721.403.051-91, designada para o exercício da função de supervisão por meio da Portaria nº 994 de 30/07/2021, publicada no BCA nº 35/2021, no exercício da competência delegada pela da Resolução do Diretor-Executivo - DEGI nº 21, de 1º de novembro de 2021, publicada no Boletim de Comunicações Administrativas (BCA) nº 50, de 01/11/2021, doravante designada simplesmente Embrapa, e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, Inscrição Estadual sob nº _____, Inscrição Municipal sob o nº _____, sediada na _____, telefone (____) _____, e-mail _____@_____, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por seu _____ e CPF nº _____, tendo em vista o resultado do Pregão Eletrônico nº ____/
_____- Embrapa Hortaliças, resolvem celebrar o presente **Contrato de Prestação de Serviços de Seguro de Veículos Automotores Terrestres da Frota da Embrapa Hortaliças**, que se regerá pelo respectivo instrumento convocatório, pela proposta da Contratada, pela Lei nº 10.520, de 17/07/2002, pela Lei nº 13.303, de 30/06/2016, e suas alterações, pelo Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento consiste na **prestação de serviços de seguro de veículos automotores terrestres da frota da Embrapa Hortaliças (SAP 7001507)**, conforme condições, especificações e listagem discriminativa constante deste Contrato e Anexos do Edital de Licitação.
- 1.2. O presente Contrato constitui parte integrante da Apólice de Seguro a ser emitida pela Contratada no prazo estipulado na Cláusula Quarta.
- 1.3. Os veículos segurados circulam dentro e fora dos Estados indicados no Anexo III (Tabela da Frota) do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – VINCULAÇÃO

- 2.1. Este Contrato se vincula para todos os fins de direito ao Edital do Pregão Eletrônico nº ____/
_____- Embrapa Hortaliças e seus anexos, realizado em ____/____/____, assim como à proposta apresentada pela Contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA COBERTURA DO RISCO E DA VIGÊNCIA

- 3.1. A cobertura dos riscos terá início a **zero hora de ____/____/____**.
- 3.2. O presente **Contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses**, nos termos da Lei nº 13.303/2016, com início a partir da data de sua assinatura pela Contratada, não podendo ser prorrogado.
- 3.3. A apólice de seguro deverá retratar, fielmente, todas as cláusulas da proposta e dela farão parte integrante os termos e condições deste Contrato.
- 3.4. As importâncias seguradas deverão ser atualizadas, caso a caso, na forma da legislação vigente.
- 3.5. A **apólice de seguro terá vigência de 12 (doze) meses**, podendo, nos termos da lei e durante a vigência contratual, ser renovada sucessivas vezes pelo mesmo prazo inicial, desde que devidamente justificado e mediante autorização da Embrapa, conforme disposto na Cláusula Nona.

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES GERAIS

4.1. Valor de mercado referenciado:

- 4.1.1. Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado como base em 100% (cem por cento) do valor divulgado pela FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, divulgada pelo site www.fipe.org.br.
- 4.1.2. Em caso de extinção ou interrupção da publicação da tabela FIPE, a tabela substituída será a tabela MOLICAR, divulgada pelo site www.molicar.com.br, com o mesmo percentual, vedada a utilização de qualquer outra tabela.
- 4.1.3. Tratando-se de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 (noventa) dias a contar data de seu recebimento pela Embrapa, independentemente da quilometragem rodada no período.
 - 4.1.3.1. Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

4.2. Da Apólice:

- 4.2.1. A emissão deverá resultar em uma única apólice, que ocorrerá por meio eletrônico, não gerando custo para a CONTRATANTE.
- 4.2.2. Deverá constar na apólice:
 - a) Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações;
 - b) Indicação da tabela de referência e da tabela substituída e seus respectivos veículos de publicação;
 - c) Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado; no caso 100%;
 - d) Prêmios discriminados por cobertura.
- 4.2.3. Limites de indenização por cobertura, conforme valores constantes da tabela do Anexo IV – Orçamento Estimativo:
 - a) Responsabilidade Civil Facultativa (RCF):
 - I - Valor para indenização de danos materiais: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para todos os veículos;
 - II - Valor para indenização de danos pessoais: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para todos os veículos;
 - b) Acidente por Passageiro (APP):
 - I - Valor para indenização morte por pessoa: R\$ 12.000,00 (doze mil reais);
 - II - Valor para indenização invalidez por pessoa: R\$ 12.000,00 (doze mil reais);
- 4.2.4. Bônus, quando houver, observando o disposto no item 11.5 das Especificações Técnicas (Adendo I do Edital).
- 4.2.5. Franquia aplicável, observando o disposto no item 4.4 abaixo, bem como no item 11.7 das Especificações Técnicas (Adendo I do Edital).
- 4.2.6. A apólice deverá ser disponibilizada para a CONTRATANTE, em meios eletrônicos e com assinatura eletrônica válida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da emissão da nota de empenho.
 - 4.2.6.1. Após a disponibilização da referida apólice, a CONTRATANTE terá o prazo de até 15 (quinze) dias para verificação da sua conformidade e posterior confirmação de validade.
- 4.2.7. Para a inclusão por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a CONTRATADA disporá de até 15 (quinze) dias, a contar do recebimento do pedido expresso pela respectiva unidade fiscalizadora do contrato.
 - 4.2.7.1. A inclusão e/ou correções de que trata o item anterior poderá também, a qualquer tempo, ser realizada pela Embrapa.
- 4.2.8. O fato da Seguradora deixar de disponibilizar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei pelo referido atraso.

4.3. Do Aviso de Sinistro:

- 4.3.1. A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.
- 4.3.2. A central poderá funcionar por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.
- 4.3.3. Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, 5 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.
- 4.3.4. Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 3 (três) horas, após o aviso de sinistro.

4.4. Da Franquia:

- 4.4.1. A franquia considerada é a obrigatória, devendo ser observados os itens a seguir:
- 4.4.1.1. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).
- 4.4.1.2. Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, não devendo exceder o limite máximo estipulado no Anexo III, devendo, para isso, serem consideradas as informações e detalhes constantes da tabela 1 e do Anexo II, podendo ser ofertada, de acordo com análise por veículos e seus devidos bônus, franquias de valores menores, podendo ser ofertada, de acordo com análise por veículos e seus devidos bônus, franquias de valores menores.
- 4.4.1.3. Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas frontais, retrovisores, faróis e lanternas deverá ser isento do valor da franquia na primeira solicitação de cada item por veículo, e não exceder o limite máximo de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para veículos de passageiro e utilitário e de R\$ 200,00 (duzentos reais) para ônibus e caminhão, não sendo cumulativas com a franquia de que trata o item 4.4.1 desta Cláusula.
- 4.4.1.3.1. A franquia de que trata este item será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.
- 4.4.1.4. Havendo sinistro com a necessidade específica de substituição de vidros laterais e traseiros, troca de lente de retrovisores e reparo em trincas de para-brisas, a CONTRATADA não cobrará franquia para esses serviços.
- 4.4.1.5. Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pela Embrapa, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo.
- 4.4.1.5.1. Caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à Seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.
- 4.4.1.6. Não haverá cobrança de franquia em caso de indenização integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

4.5. Dos Salvados:

- 4.5.1. Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da Seguradora.
- 4.5.2. É de inteira responsabilidade da Seguradora contratada, providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da CONTRATADA junto aos órgãos pertinentes.

4.6. Dos Sinistros:

- 4.6.1. Dos Riscos Cobertos: "SEGURO TOTAL". O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pela CONTRATANTE, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:
- I) Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros;
- II) Colisão com veículos, pessoas ou animais, abaloamento e capotamento;
- III) Raios e suas consequências;
- IV) Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- V) Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo;
- VI) Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado;
- VII) Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
- a) Em casos de que trata o item acima, a Seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica perda de bônus para o segurado.
- VIII) Granizo;
- IX) Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;
- X) Quebra de para brisas, total ou parcial, faróis e/ou lanternas, retrovisores, obedecendo ao disposto nos itens 4.4.1.2 e 4.4.1.3 desta Cláusula;
- XI) Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Pessoais);
- XII) Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica;
- XIII) Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:
- a) Chaveiro;
- b) Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pela CONTRATANTE, sem limite de quilometragem;
- c) Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado; transporte das pessoas seguras por roubo ou furto do veículo;

4.7. Regulação de Sinistro:

- 4.7.1. Ocorrendo sinistro, a Seguradora deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.
- 4.7.2. Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da Seguradora, a Embrapa poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a Seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.
- 4.7.3. Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério da Embrapa.
- 4.7.4. Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.
- 4.7.5. Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da Embrapa, não cabendo, pela CONTRATADA, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.
- 4.7.6. O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro.
- 4.7.7. Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a Seguradora ficará sujeita a multa diária correspondente 2% (dois por cento) do valor da indenização além das penalidades previstas em lei.

4.8. Da Indenização:

- 4.8.1. Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da Seguradora.
- 4.8.2. Os danos materialmente comprovados, causados pela Seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da Seguradora.
- 4.8.3. Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais

comprovadamente causados pela Embrapa e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

4.9. Da Indenização Integral:

- 4.9.1. Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% (setenta e cinco por cento) do valor referenciado.
- 4.9.2. Em caso de indenização integral a Seguradora não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.
- 4.9.3. Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do veículo e da sociedade Seguradora.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA EMBRAPA

- 5.1. Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando a Contratada às ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela.
- 5.2. Facilitar aos empregados e/ou ao(s) preposto(s) da Contratada o acesso às áreas onde os serviços serão executados, aos equipamentos e às informações necessárias à execução dos serviços, prestando-lhe os esclarecimentos solicitados.
- 5.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação dos serviços para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
- 5.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que estejam em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.

CLÁUSULA SEXTA – DA ACEITAÇÃO E DO PAGAMENTO

- 6.1. A Embrapa realizará o pagamento no prazo de até o **15º (décimo quinto) dia útil**, contado do recebimento definitivo da apólice.
- 6.2. A CONTRATADA deverá apresentar recibo, para fins de pagamento, junto com a entrega definitiva da apólice.
- 6.3. Após recebimento da apólice e recibo, de que trata o item anterior, o pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.
- 6.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, caso exista pendência quanto à Justiça do Trabalho e às Fazendas Federal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- 6.5. O descumprimento, pela CONTRATADA, do estabelecido no item anterior, não lhe gera direito a alteração de preços ou compensação financeira.
- 6.6. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, sofrerão correção monetária pela variação do IPCA, acrescidos de juros de mora de 0,5% ao mês, *pro rata die*.
- 6.7. A falta de pagamento devidamente justificada pela Contratante, não ensejará no término da cobertura dos veículos da frota.
- 6.8. A Embrapa não acatará a negociação de duplicatas com bancos ou outras instituições financeiras.
- 6.9. Caso não haja expediente na Embrapa no dia do vencimento da Nota Fiscal/fatura, fica o pagamento prorrogado para o 1º dia útil subsequente.
- 6.10. Dados para Faturamento:
- Embrapa Hortaliças - CNPJ: 00.348.003/0055-03
Rodovia BR 060, Km 09, Fazenda Tamandua
Brasília/DF – CEP: 70351-970
Telefone: (61) 3385-9007/9090/9093
E-mail: crph.sps@embrapa.br

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 7.1 O crédito pelo qual ocorrerá a despesa do presente Contrato consta na proposta orçamentária da Embrapa para o exercício de _____, a ser alocado no PTRES _____, Fonte de Recursos _____, Natureza de Despesa 339039, Subitem 69, tendo sido emitido o Nota de Empenho nº _____.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

- 8.1. O valor global do presente Contrato, considerando os custos dos seguros, impostos, inclusive o IOF, dos veículos discriminados nos Anexos do Edital e na tabela abaixo, é de R\$ _____.
- 8.2. Visando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, este Contrato poderá ser alterado para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ocorridos após a data da apresentação da proposta, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- 8.3. Os preços contratados poderão ser reajustados, após solicitação da CONTRATADA e mediante negociação entre as partes, tendo como limite máximo a variação do IPCA/IBGE ocorrida nos últimos 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou do último reajuste.
- 8.3.1. Os efeitos financeiros do reajuste serão reconhecidos a partir das datas definidas nesta Cláusula.
- 8.3.2. O reajuste deverá ser solicitado antes do término da apólice vigente, sob pena de preclusão.
- 8.4. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto neste Contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do Contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento.
- 8.5. Os valores dos PRÊMIOS de cada veículo segurado que compõe o valor deste Contrato estão descritos na tabela abaixo:

Item	ESPECIFICAÇÃO (RESUMIDA) VEÍCULO / MARCA	PLACA	BÔNUS	SINISTRO	CASCO	Nº PASSAGEIROS	RCF		APP		FRANQUIA (LIMITE MÁXIMO) (R\$)	PRÊMIO UNITÁRIO (R\$)
							DANOS MATERIAIS	DANOS PESSOAIS	MORTE	INVALIDEZ		
1	FORD/FIESTA 2009. GASOLINA/ETANOL	JHY0328	8	-	100% Fipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.135,40	
2	TOYOTA/HYLUX 2009. DIESEL	JHY0348	8	-	100% Fipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.589,56	
3	FIAT/SIENA 2009. GASOLINA/ETANOL	JHY5174	4	-	100% Fipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.135,40	
4	FORD/FIESTA 2009. GASOLINA/ETANOL	JIE4068	8	-	100% Fipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.135,40	
5	FORD/FIESTA 2009. GASOLINA/ETANOL	JIC4633	7	-	100% Fipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.135,40	
6	FORD/FIESTA 2009. GASOLINA/ETANOL	JIC4643	7	-	100% Fipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.135,40	
7	FIAT/DUCATO 2010. DIESEL	JIV2605	7	-	100% Fipe	16	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.589,56	
8	VW/17-260 2007. DIESEL	JHM6316	7	-	100% Fipe	44	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 2.157,26	
9	AGRALE 2010. DIESEL	JIC6340	6	-	100% Fipe	37	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.930,89	
10	RENALTMASER 2014. DIESEL	AZF3430	2	-	100% Fipe	16	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.589,56	
11	RENALTMASER 2014. DIESEL	AZF3426	2	-	100% Fipe	16	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.589,56	
12	MMC/L200 2015. DIESEL	PAB5165	2	-	100% Fipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.589,56	
13	VW/17.280 2012. DIESEL	OZY7564	2	-	100% Fipe	44	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 2.157,26	
14	RENALTMASER 2014. DIESEL	AZF3423	2	-	100% Fipe	16	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.589,56	
15	FORD/FIESTA 2010. GASOLINA/ETANOL	JHP9941	6	—	100% Fipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.135,40	
16	VW/17-210 2002. DIESEL	HXO6674	6	-	100% Fipe	44	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 2.157,26	
17	MB-708 1988. DIESEL	JFF4699	6	-	100% Fipe	3	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.589,56	
18	FIAT/PALIO WEK 2014. GASOLINA/ETANOL	PA1922	2	-	100% Fipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$ 1.135,40	

19	FIAT/PALIO WEK 2013. GASOLINA/ETANOL	JFV1920	4	-	100% Fiipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$	1.135,40	
20	FIAT/PALIO WEK 2013. GASOLINA/ETANOL	JFV1930	4	-	100% Fiipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$	1.135,40	
21	VW/SAVEIRO 2012. GASOLINA/ETANOL	JEQ8555	4	-	100% Fiipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$	1.135,40	
22	MMC/L200 2013. DIESEL	JEJ1923	4	-	100% Fiipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$	1.589,56	
23	MMC/L200 2013. DIESEL	JEJ1973	4	-	100% Fiipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$	1.589,56	
24	MMC/L200 2013. DIESEL	JEJ1943	3	-	100% Fiipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$	1.589,56	
25	VOLARE / W8 2013. DIESEL	JEG7005	4	-	100% Fiipe	36	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$	1.930,89	
26	VOLARE / W8 2013. DIESEL	JJC9240	4	-	100% Fiipe	36	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$	1.930,89	
27	FIAT/FIOR/AMB 2010. GASOLINA/ETANOL	JIA6620	4	-	100% Fiipe	2	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$	1.135,40	
28	FIAT/PALIO WEK 2013. GASOLINA/ETANOL	JKO3929	4	-	100% Fiipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$	1.135,40	
29	FIAT/PALIO WEK 2013. GASOLINA/ETANOL	JKO4079	4	-	100% Fiipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$	1.135,40	
30	FIAT/PALIO WEK 2013. GASOLINA/ETANOL	JKN1500	4	-	100% Fiipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$	1.135,40	
31	FIAT/PALIO WEK 2014. GASOLINA/ETANOL	PAB1923	2	-	100% Fiipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$	1.135,40	
32	VW/KOMBI, 2012 GASOLINA/ETANOL	JEQ8885	10	-	100% Fiipe	9	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$	1.135,40	
33	VOLVO/B290R, 2013 DIESEL	JGP5281	1	-	100% Fiipe	42	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$	2.157,26	
34	VOLARE / W8, 2007 DIESEL	JHH4327	1	-	100% Fiipe	28	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$	1.930,89	
35	VOLARE / V6, 2005 DIESEL	JGS7914	1	-	100% Fiipe	19	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$	1.930,89	
36	CITROEN /AIRCROS, 2020 GASOLINA/ETANOL	REH8C61	1	-	100% Fiipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$	1.135,40	
37	FIAT/STRADA, 2020, GASOLINA/ETANOL	REH464	1	-	100% Fiipe	5	50.000,00	50.000,00	12.000,00	12.000,00	R\$	1.135,40	

CLÁUSULA NONA – DA RENOVAÇÃO DA APÓLICE

9.1. A **apólice de seguro terá vigência de 12 (doze) meses**, podendo, nos termos da lei e durante a vigência contratual, ser renovada sucessivas vezes pelo mesmo prazo inicial, desde que devidamente justificado e mediante autorização da Embrapa.

9.2. Na hipótese de renovação da apólice, a CONTRATADA deverá oferecer desconto e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP - do Ministério da Fazenda e da proposta apresentada pela CONTRATADA.

9.3. A instuição do processo de renovação da apólice deverá contemplar:

- proposta da Contratada para renovação da apólice, com sua manifestação expressa informando o interesse na prorrogação;
- manifestação, justificativa e aprovação, por escrito, do Gestor Técnico do Contrato, quanto à regularidade da prestação dos serviços contratados;
- comprovação de que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração, podendo, a critério da Administração, ser dispensada a realização de pesquisa de preços, tendo em vista o disposto no item 9.4, abaixo;
- comprovação de que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação;
- autorização, por escrito, da autoridade superior, ratificando o interesse da Administração na renovação da apólice.

9.4. A vantagem econômica para a eventual renovação da apólice de seguro celebrada, observando a natureza continuada do serviço contratado e desde que mantida as condições inicialmente acordadas, está assegurada, podendo, a critério da Administração, ser dispensada a realização de pesquisa de preços, tendo em vista o que se segue:

- o objeto foi contratado mediante processo licitatório aberto à participação ampla;
- o processo para renovação é menos oneroso e moroso do que realizar um novo processo licitatório, atendendo, assim, ao princípio da economicidade ao reduzir o número de licitações e os custos operacionais durante o exercício financeiro, bem como ao princípio da celeridade, ao otimizar e agilizar a nossa contratação;
- o processo para renovação de apólice garante a continuidade do objeto contratado, permitindo que a frota de veículos não fique descoberta de seguro, o que diminui, ou mitiga, eventuais riscos ao patrimônio da Embrapa e às pessoas envolvidas;
- nos casos de renovação, geralmente as Corretoras/Seguradoras mantêm os mesmos valores dos prêmios inicialmente estabelecidos, aplicando-se, somente e em comum acordo entre as partes, índice de reajuste visando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro;
- existência de previsão contratual de que as repactuações ou reajustes de preços deverão ser efetuados com base em critérios previamente definidos no Contrato, conforme Cláusula Oitava abaixo, visando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

10.1. As penalidades decorrentes da inadimplência na execução da obrigação assumida, após o recebimento do Contrato, serão processadas e aplicadas nas hipóteses de:

- retardamento da execução do objeto;
- falha na execução do objeto;
- fraude na execução do objeto.

10.2. Caracterizado o comportamento inadequado na condução do objeto, conforme subitem anterior, motivando a inexecução total ou parcial do contrato, a Embrapa poderá, garantida a defesa prévia, aplicar ao Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações legais e da reparação dos danos causados à Embrapa:

- ADVERTÊNCIA;
- MULTA;
- SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

10.2.1. A penalidade de ADVERTÊNCIA será aplicada quando ocorrer o descumprimento das obrigações assumidas, desde que sua gravidade, a critério da Embrapa, mediante justificativa, não recomende a aplicação de outra penalidade, exceto nos casos de reincidência dos fatos que ensejaram a advertência, quando deverá ser aplicada penalidade de multa.

10.3. A CONTRATADA será sancionada com impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e ser descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Embrapa, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nestas Especificações Técnicas e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- 10.3.1. Apresentação de documentação falsa;
- 10.3.2. Inexecução parcial ou total do objeto;
- 10.3.3. Retardamento da execução do objeto;
- 10.3.4. Falhar na execução da contratação;
- 10.3.5. Fraudar na execução da contratação;
- 10.3.6. Comportamento inidôneo;
- 10.3.7. Declaração falsa;
- 10.3.8. Fraude fiscal.

10.3.9. Para os fins do item 17.1.6, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

10.3.10. Para as condutas descritas nos itens 17.1.1, 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6 e 17.1.7 serão aplicadas multa de no máximo 30% (trinta por cento) do valor contratado.

10.3.11. A penalidade de multa, para os fins dos itens 17.1.2 e 17.1.3, serão aplicadas nas seguintes condições:

- 0,5% (cinco décimos por cento) do valor contratado por dia de atraso na prestação do serviço, até o máximo de 10% (dez por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor contratado no caso de inexecução parcial do contrato ou de descumprimento de obrigação contratual.
- 30% (trinta por cento) do valor contratado no caso de inexecução total do objeto contratado.

10.3.12. Fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

10.3.13. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à Embrapa, este será encaminhado para execução judicial.

10.3. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

10.4. O valor total das multas, aplicadas na vigência do contrato, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, o que ensejará a sua rescisão.

10.5. As multas deverão ser recolhidas na conta única UG e Gestão da Embrapa, através de GRU, mediante Comprovante de Recolhimento, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da intimação, podendo a Embrapa descontá-las, na sua totalidade ou em parte, do pagamento a ser efetuado ao Contratado e/ou da garantia prestada (quando for o caso) ou, ainda, cobrar judicialmente.

10.5.1. Se o valor a ser descontado pela Embrapa for insuficiente, ficará o Contratado obrigado a recolher a importância devida no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

10.6. A sanção de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Embrapa em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- e) deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;
- f) apresentar documentação falsa exigida para a contratação;
- g) ensejar o retardamento da execução do objeto contratado;
- h) não manter a proposta;
- i) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

10.7. A Embrapa deverá informar os dados relativos às sanções por ela aplicadas aos Contratados de forma a manter atualizado o CEIS de que trata o artigo 23 da Lei nº 12.846/2013.

10.8. As sanções somente poderão ser aplicadas após regular processo administrativo.

10.9. Caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da comunicação do ato, nos casos de:

- a) aplicação das penas de multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa;
- b) rescisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. Conforme Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa, uma eventual rescisão do Contrato dar-se-á:

- a) de forma unilateral, quando a proposta da Contratada para renovação da apólice não se mostrar vantajosa para a Administração;
- b) de forma unilateral, conforme as demais hipóteses previstas neste instrumento contratual, assegurada a prévia defesa;
- c) por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Embrapa e para a Contratada;
- d) por determinação judicial.

11.2. Constituem motivo para a rescisão unilateral do Contrato:

- a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- c) o descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- d) a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013;
- e) inobservância da vedação ao nepotismo;
- f) prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação da Embrapa, direta ou indiretamente;
- g) rescisão por interesse público, sem ônus para a Embrapa, para os casos em que não fique demonstrada a manutenção dos preços ou condições mais vantajosas

11.3. A rescisão decorrente dos motivos elencados nas alíneas "c", "d", "e", "f" e "g" do item 11.2 somente será efetivada após o regular processo administrativo.

11.4. Os efeitos da rescisão do Contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ENDOSSO, ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DOS SERVIÇOS

12.1. Quaisquer alterações, tais como inclusão, substituição e exclusão de veículos, na apólice poderão ser solicitadas pela Embrapa e processadas pela Seguradora, mediante endosso, aplicando-se as seguintes regras:

12.1.1 Da Inclusão e Substituição:

12.1.1.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência da apólice, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluído, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação.

12.1.1.2. Os veículos que ficaram de fora desta contratação, poderão ser incluídos, durante a vigência da apólice, por meio de endosso de inclusão.

12.1.1.3. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a Seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

12.1.1.4. A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado à Embrapa.

12.1.1.5. Caberá ao SMV, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor.

12.1.2 Da Exclusão:

12.1.2.1. Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a CONTRATADA deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Embrapa, mediante a aplicação da fórmula:

$$X + 12 = Y \text{ e } Y \times Z = VT$$

Onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término da apólice;

VT = Valor total a ser devolvido à Embrapa.

12.1.2.2. O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pela Embrapa à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

12.1.2.3. Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.

12.1.2.4. A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado, à Embrapa.

12.2. Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice.

12.3. A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias, a contar de pedido expresso pela respectiva unidade fiscalizadora do Contrato.

12.4. Os veículos que não fazem parte desta contratação, poderão ao longo da vigência da apólice, serem inseridos obedecendo às normas de inclusão por endosso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO NEPOTISMO

13.1. É vedada a prestação dos serviços ora contratados por familiar de empregado da Embrapa que exerça cargo em comissão ou função de confiança de qualquer natureza.

13.1.1. Entende-se por familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA

14.1. As Partes, inclusive suas testemunhas, reconhecem a forma de contratação por meios eletrônicos e digitais como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação não emitidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO PREPOSTO

15.1. A CONTRATADA deverá nomear preposto, durante o período de vigência da apólice, para representá-la na execução do Contrato, devendo, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento do Contrato, informar dados completos do referido preposto à área de Gestão de Contratos da Embrapa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. O extrato do presente Contrato será levado à publicação, pela Embrapa, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura, para ser publicado no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, sendo a publicação condição indispensável à sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. As partes elegem o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília - DF, para solucionar os litígios porventura oriundos deste Contrato que não venham a ser resolvidos administrativamente.

17.2. E por assim estarem de pleno acordo, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo nomeadas e subscritas.

Brasília, DF, __ de _____ de ____.



Documento assinado eletronicamente por **Maurício Moreira Dornelas, Chefe-Adjunto**, em 21/09/2022, às 15:26, conforme art. 6º, parágrafo 1º do Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sede.embrapa.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **7694081** e o código CRC **5919C118**.